



**RIO GRANDE DO NORTE**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO  
DA SAÚDE PÚBLICA – SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - http://www.saude.gov.br

**EDITAL Nº 90003/2026**

Processo nº 00610204.000371/2025-92

**UASG: 930290**

Torna-se público que a Secretaria da Saúde Pública, através do HEMOCENTRO DALTON BARBOSA CUNHA, situado a Av. Alexandrino de Alencar, 1800- CEP 59015-350, Tirol - Natal/RN, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, TIPO: **menor preço Global**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Estadual 32.449, de 7 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Não havendo expediente na data marcada ou havendo fato superveniente impeditivo à realização, a sessão pública será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário, salvo comunicação em contrário do pregoeiro.

- **DATA DA SESSÃO: 30/03/2026**
- **HORÁRIO:** Às 09:00 horas (horário de Brasília/DF).
- **LOCAL:** Portal de Compras do Governo Federal - [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- **CÓDIGO UASG: 930290.**
- **MODALIDADE DA LICITAÇÃO:** Pregão, na forma eletrônica.
- **MODO DE DISPUTA:** Aberto e Fechado.
- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** **Menor preço global**
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Será observado o horário oficial de Brasília/DF para todas as etapas do certame.
- Para acesso ao edital e mais informações, os interessados poderão consultar os portais: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br). e [www.compras.rn.gov.br](http://www.compras.rn.gov.br).
- Dúvidas poderão ser encaminhadas para o **NÚCLEO DE LICITAÇÕES DO HEMONORTE** -
- **E-mail:** [hemocpl@saude.rn.gov.br](mailto:hemocpl@saude.rn.gov.br). **Telefones:** (84) 3232-6708.
- **FORMALIZAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:** até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura das propostas, pelo e-mail abaixo, mencionando o número do pregão.
- **HEMOCENTRO DO RN DALTON CUNHA HEMONORTE - CNPJ 08.241.757/0101-08**
- **Endereço:** Av. Alexandrino de Alencar, 1800 - Tirol Natal RN - CEP 59015-350 .
- **NUCLEO DE LICITAÇÕES DO HEMONORTE - NULIC** - Email: [hemocpl@saude.rn.gov.br](mailto:hemocpl@saude.rn.gov.br) - Tel: 84 3232-6701 - 32326708
- Pregoeira: Iraci Gurgel Rocha

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de Organismo de Certificação de Sistema de Gestão da Qualidade (OCS), devidamente acreditado pelo INMETRO/SBAC, para realizar auditoria de recertificação da NBR ISO 9001:2015 e duas auditorias anuais de manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade do Hemocentro Coordenador do Rio Grande do Norte - HEMONORTE, **cobrindo o ciclo completo de 36 (trinta e seis) meses**, conforme termos da tabela abaixo, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	CATSER	Unidade de medida	Quant.
1	Contratação de Organismo de Certificação de Sistema de Gestão da Qualidade (OCS), devidamente acreditado pelo INMETRO/SBAC, para realizar auditoria de recertificação da NBR ISO 9001:2015 e duas auditorias anuais de manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade do Hemocentro Coordenador do Rio Grande do Norte - HEMONORTE, <b>cobrindo o ciclo completo de 36 (trinta e seis) meses</b> .	4537	Unid	1

1.2. A contratação abrangerá

1.2.1. Análise documental (fase 1);

1.2.2. Auditoria de Recertificação (fase 2);

1.2.3. Auditorias de Manutenção nos anos 2 e 3 (fase 3);

1.2.4. Relatórios técnicos de todas as etapas;

- 1.2.5. Certificado oficial ISO 9001 impresso e digital;
- 1.2.6. Taxa de uso de marca e registro de empresas certificadas;
- 1.2.7. Follow-up (acompanhamento de um processo após a execução da etapa inicial), quando necessário.
- 1.3. O objeto caracteriza-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por utilizar padrões técnicos usualmente aceitos no mercado e requisitos objetivos definidos pela ISO 9001.
- 1.4. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo de bem de **luxo**, conforme Decreto nº 32.449, de 07 de março de 2023.
- 1.5. O serviço é enquadrado como contrato por escopo.
- 1.6. O contrato terá vigência de **36 meses**, cobrindo integralmente o ciclo de certificação ISO 9001:2015.
- 1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. DA MARGEM DE PREFERÊNCIA

- 2.1. Nos termos do artigo 26 da Lei nº 14.133, de 2021, poderá ser estabelecida margem de preferência no processo licitatório para incentivar a aquisição de bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, bem como para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento específico.
- 2.2. A margem de preferência visa fomentar o desenvolvimento sustentável e a indústria nacional, podendo variar conforme decisão fundamentada do Poder Executivo federal e atingir até 20% para produtos resultantes de inovação tecnológica nacional.
- 2.3. No entanto, para a presente contratação, **não será aplicada margem de preferência**, por não se enquadrar nas condições previstas em lei para sua aplicação, conforme análise da capacidade de produção nacional, quantidade requerida e complexidade do objeto.
- 2.4. Esta decisão respeita os dispositivos legais e regulatórios vigentes, garantindo a transparência, a competitividade e a conformidade do certame com a legislação federal.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO DO PREGÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e *no Sistema de Compras do Governo Federal* ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 3.7. **NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTES PREGÃO**
- 3.8. Aquele que não atenderem às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- 3.9. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens relacionados a esses projetos;
- 3.10. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista com mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação envolver serviços ou fornecimento de bens necessários a esses projetos;
- 3.11. Pessoa física ou jurídica que, no momento da licitação, esteja impossibilitada de participar devido a sanção administrativa ou judicial;
- 3.12. Quem mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público envolvido na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau;

- 3.13. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, conforme o disposto na Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- 3.14. Pessoa física ou jurídica que nos últimos 5 (cinco) anos tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão a condições análogas à escravidão ou por contratação irregular de adolescentes;
- 3.15. Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 3.16. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 3.17. É vedada a participação de empresas em consórcio, conforme art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021, para evitar restrição à competição. A proibição justifica-se pelo fato de que, independentemente das empresas poderem atuar individualmente, a formação de consórcios poderia reduzir o número de licitantes e favorecer conluíus ou cartéis para manipulação de preços.
- 3.17.1. No presente Pregão, com objeto de baixa complexidade, considera-se que as empresas do mercado têm capacidade para fornecer os serviços de forma independente, não sendo, portanto, permitida a participação em consórcio.

#### **4. DA IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO**

- 4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
- 4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 4.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 4.3.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, salvo quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 4.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, o licitante que o tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura das propostas de preços, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 4.5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 4.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentados fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 4.7. O(s) pedido(s) de esclarecimento(s) ou impugnação(ões) deverão ser encaminhados pelo e-mail: **hemocpl@saude.rn.gov.br**
- 4.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 4.9. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 4.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnação serão divulgadas pelo sistema em campo próprio e vincularão os participantes e a administração.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado

nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8.12. a falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8.13. os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8.14. não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8.15. serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.8.16. desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.8.17. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.8.18. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.8.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.8.20. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.8.21. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o

critério de julgamento por maior desconto.

5.8.22. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.8.23. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.8.24. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor global;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.5.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.5.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos para a contratação.

6.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.7. Preferencialmente, juntamente com a proposta, ou antes da assinatura do contrato será necessário o envio da **certidão do Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN**.

6.8. A proposta deverá conter 02 (duas) casas decimais nos centavos, ou seja, não deverá conter dízimas periódicas.

6.9. A empresa vencedora, após aceitabilidade de sua proposta e confirmação pelo setor técnico que o objeto ofertado atende as exigências do termo de referência deverá efetuar o cadastro do responsável pela assinatura do contrato no sistema SEI/RN através do link: [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_enviar\\_cadastro&acao\\_origem=usuario\\_externo\\_avisar\\_cadastro&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0),

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.3. Também será desclassificada a licitante que se identificar durante o cadastro de proposta no sistema, conforme previsto no item do Preenchimento da Proposta.

7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7. Durante a sessão de disputa, poderá ocorrer abertura de vários itens simultaneamente cabendo ao Licitante acompanhar atentamente as convocações do pregoeiro quanto as chamadas para os Itens.

7.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema

eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor global da contratação;

7.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12. *O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).*

7.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 5 (cinco) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:

7.14.1. A disputa terá duração inicial de 15 (quinze) minutos e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances; após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

7.14.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

7.14.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

7.14.4. Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;

7.14.5. Não havendo **lance final e fechado** classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

7.14.6. Poderá o Pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante a fase aberta de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecutável ou que entenda ter sido lançado erroneamente. Nesta hipótese, deverá encaminhar mensagem à licitante na qual faculte o direito de repetir tal lance.

7.16.1. Os licitantes não devem manter contato, seja por e-mail ou por telefone, durante a fase de lances com o pregoeiro ou membros da comissão para evitar identificação. Qualquer problemática deverá ser analisada em momento posterior à fase de lances.

7.16.2. Por impossibilidades do sistema, não é possível realizar a exclusão de lances durante a fase de prorrogação.

7.17. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços simbólicos ou irrisórios.

7.18. Durante o transcurso da sessão pública de lances, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015. Também devem ser considerados os dispositivos previstos na LC nº 675/2020.

7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada não se manifeste no prazo



estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio automático do sistema entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.28.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.28.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.28.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.2. Empresas brasileiras;

7.29.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.31. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.32. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.33. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de 2(duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos exigidos neste Edital.

7.34. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.35. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação por registro de possível Ocorrência Impeditiva Indireta ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

- 8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação
- 8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.
- 8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.7.1. conter vícios insanáveis;
  - 8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
  - 8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
  - 8.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 8.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
  - 8.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
  - 8.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
  - 8.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
  - 8.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.14.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.14.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.14.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.15. Caso o Termo de Referência exija prova de conceito, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data estabelecida para sua realização, para executá-la, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no Termo de Referência.

8.15.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito.

8.15.2. A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro.

8.15.3. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.

8.15.4. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.

8.15.5. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

8.15.6. Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de 3 (três) dias úteis, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicada.

8.15.7. Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na Prova de Conceito (PoC), venha a apresentar falha durante o teste.

8.15.8. Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório.

8.15.9. Não será aceita a proposta da licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.15.10. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na PoC.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16.1. Realizar diligências em fontes oficiais para esclarecer dados relevantes, com registro formal em ata.

8.17. Caso sejam exigidos documentos originais ou cópias autenticadas, a entrega deverá ser agendada via sistema com o Pregoeiro, respeitando prazo máximo de 03 (três) dias úteis, no seguinte endereço: **Hemocentro Dalton Cunha - Hemonorte, Avenida Alexandrino de Alencar, 1800 - Tirol - CEP: 590015-350 - Natal/RN - NÚCLEO DE LICITAÇÕES - NULIC.**

#### 8.18. **Habilitação jurídica**

8.19. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.20. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.21. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.22. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.23. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.24. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.25. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.26. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.27. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.28. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 3º, §2º do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023.

8.29. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.30. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.31. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.32. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.33. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.34. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.35. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [*Estadual/Distrital*] ou [*Municipal/Distrital*] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.36. Prova de regularidade com a Fazenda [*Estadual/Distrital*] ou [*Municipal/Distrital*] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.37. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [*Estadual/Distrital*] ou [*Municipal/Distrital*] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.38. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.39. **Qualificação Econômico-Financeira**

8.39.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.39.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.40. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo )/( Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

8.41. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

8.42. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.43. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-

se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.44. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

8.45. Comprovação de cotas de aprendizes e pessoas com deficiência: no ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento de leis e decretos federais relacionados na Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020, que determinam o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência.

## **9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **9.1. Qualificação Técnica Exigida**

9.2. Exigência de qualificação técnica foi determinada com base nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado. Eis o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b) sobre a razoabilidade: "As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic)ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado" Esclarecemos também que os insumos que fazem parte do objeto desta licitação são bens públicos e que por isso, são de interesse de toda a sociedade, e em função da alta monta de valor cabe a Administração Pública exigir cuidados e fazer sua parte para garantir a capacidade técnica dos interessados em executar o contrato de forma eficiente evitando prejuízos ao erário.

9.3. Será exigido, para fins de comprovação de qualificação técnica:

9.3.1. Comprovação de experiência na realização de auditorias de certificação e recertificação ISO 9001:2015 em instituições públicas ou privadas, preferencialmente na área da saúde em hemoterapia/Hemocentro.

9.3.1.1. Comprovar as seguintes qualificações para o Auditor Líder: Ter o curso de auditor líder segundo a norma NBR ISO 9001:2015; Ter experiência em certificação de organizações segundo a norma NBR ISO 9001:2015 de pelo menos 05 (cinco) organizações públicas e/ou privadas, dentre as quais 01 (uma) da área de hemoterapia/Hemocentro.

9.3.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidade do objeto da licitação, estabelecidas neste Termo de Referência, através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deverão conter: nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone); local e data de emissão. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações; Período de fornecimento/prestação de serviço.

## **10. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**

10.1. Nos termos do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021 e seus §§, que regulam a fase recursal do procedimento licitatório, buscando assegurar ampla defesa, contraditório e segurança jurídica ao processo administrativo licitatório.

### **10.2. Manifestação da intenção de recorrer**

O licitante deverá manifestar imediatamente, em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo previsto no sistema, a intenção de interpor recurso, sob pena de preclusão, no momento da publicação do julgamento da etapa em que desejar recorrer, seja no julgamento das propostas, seja na fase de habilitação. Ressalta-se que o licitante poderá interpor recurso uma única vez em cada fase do procedimento licitatório.

### **10.3. Recursos contra julgamento das propostas**

Após o julgamento das propostas, o licitante que se sentir prejudicado poderá manifestar sua intenção de recorrer no prazo previsto no sistema, ficando assegurado o prazo de até três (3) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, para a apresentação das razões recursais fundamentadas.

### **10.4. Recursos contra habilitação**

Da mesma forma, cabe recurso contra o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, obedecendo ao mesmo prazo de três (3) dias úteis para apresentação das razões, contado da data de intimação ou da lavratura da ata respectiva.

### **10.5. Contrarrazões**

Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões no prazo de três (3) dias úteis, contado a partir da data de intimação pessoal ou divulgação da interposição do recurso.

### **10.6. Julgamento dos recursos**

O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão recorrido, que terá o prazo de três (3) dias úteis para reconsiderar ou encaminhar o recurso à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão em até dez (10) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

### **10.7. Efeito suspensivo**

Os recursos interpostos terão efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

**10.8. Após a decisão final da autoridade competente, não cabe novo recurso sobre o mesmo fato, assegurando-se a preclusão e garantindo a estabilidade e continuidade do procedimento licitatório.**

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E RETORNO DA NEGOCIAÇÃO**

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006;

11.1.3. Para continuidade de negociações pendentes;

11.1.4. Para realização de diligências.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. O objeto da presente licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, mediante ato formal da autoridade competente, após o julgamento das propostas e a fase recursal, na ausência de recursos, ou após a decisão final sobre os recursos eventualmente interpostos.

## **13. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

13.1. Os contratos provenientes desta licitação regular-se-ão pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme estabelecido na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

13.2. A SESAP convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar o instrumento equivalente, que deverá assiná-lo dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis após convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela SESAP.

§ 2º Será facultado à SESAP, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

§ 3º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor da licitante.

13.3. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a SESAP deverá verificar a regularidade fiscal da Contratada, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

13.4. O contrato passará a produzir efeitos a partir da publicação do extrato do termo de contrato ou documento equivalente no Diário Oficial do Estado.

## **14. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. As condições para extinção dos contratos são as mesmas previstas tanto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2023.

14.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Iconsensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. (art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021).

14.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.5. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da SESAP, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

14.6. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas no termo de contrato.

14.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o

contraditório e a ampla defesa.

## **15. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **15.1. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO**

15.1.1. O início da prestação dos serviços deverá ocorrer em até **30 (trinta) dias corridos** após o recebimento da Nota de Empenho, ou conforme cronograma previamente acordado com o Núcleo da Qualidade.

15.1.2. A contratada deverá confirmar o recebimento da Nota de Empenho no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, responsabilizando-se pelo acompanhamento diário do e-mail informado na proposta de preços.

15.1.3. Caso não haja confirmação no prazo estabelecido, o setor competente realizará novo envio por mais **48 (quarenta e oito) horas**. Persistindo a ausência de resposta, a contratada será formalmente notificada e poderá ser sujeita às penalidades previstas no edital e no contrato.

### **15.2. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

15.2.1. Compete à contratada prover todos os equipamentos, materiais e recursos técnicos necessários à execução dos serviços, incluindo aqueles indispensáveis às auditorias presenciais e documentais.

15.2.2. Serão de inteira responsabilidade da contratada todas as despesas decorrentes de transporte, traslado, hospedagem e alimentação de sua equipe técnica.

### **15.3. DO LOCAL E DO HORÁRIO DE EXECUÇÃO**

15.4. Os serviços serão executados nas dependências do **Hemocentro Coordenador Dalton Cunha - HEMONORTE**, situado na Av. Alexandrino de Alencar, nº 1800, Tirol, Natal/RN, CEP 59015-350.

15.5. O horário de realização das auditorias será das **08h às 12h** e das **14h às 17h**, podendo ser estendido conforme previsto no cronograma diário da auditoria.

15.6. Para contato institucional, disponibilizam-se os telefones (84) 3232-6700 / 3232-6701 (PABX).

### **15.7. DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO**

15.7.1. A execução dos serviços seguirá as diretrizes das normas **NBR ISO 9001:2015** e **ISO 19011**, compreendendo as seguintes fases:

#### **I - Análise Documental**

a) A etapa de Análise Documental deverá ocorrer em até **30 (trinta) dias** após o recebimento da Nota de Empenho.

b) Consiste na avaliação da adequação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) aos requisitos da norma, incluindo análise de documentos, registros e procedimentos.

c) Ao final, deverá ser emitido o **Relatório de Análise Documental**, contendo diagnóstico situacional, não conformidades e recomendações de melhoria.

#### **II - Auditoria de Recertificação**

a) A Auditoria de Recertificação deverá ocorrer até **90 (noventa) dias** antes do vencimento da certificação vigente.

b) Terá duração estimada de **5 (cinco) dias úteis**, abrangendo todos os processos críticos do HEMONORTE.

c) A metodologia adotada deverá seguir a **ISO 19011**, contemplando:

1. Auditoria por amostragem;
2. Entrevistas e trilhas de auditoria;
3. Análise de registros e observação in loco;
4. Reuniões obrigatórias de abertura, acompanhamento e encerramento.

d) Ao término, deverão ser entregues:

1. **Relatório completo da auditoria de recertificação;**
2. **Certificado oficial** (1 via impressa + arquivo digital);
3. Normas de uso das marcas e fotolitos oficiais do organismo certificador.

#### **III - Auditorias de Manutenção**

a) As auditorias de manutenção ocorrerão do seguinte modo:

1. **Manutenção 1:** 12 meses após a recertificação;
2. **Manutenção 2:** 12 meses após a primeira manutenção.

15.7.2. Cada auditoria terá duração mínima de **2,5 (dois dias e meio)**, totalizando **10 (dez) dias úteis** no ciclo.

15.7.3. Os objetivos incluem:

15.7.3.1. Avaliação da implementação das ações corretivas;

15.7.3.2. Verificação do desempenho contínuo do SGQ;



- 15.7.3.3. Manutenção da conformidade com a ISO 9001:2015.
- 15.7.4. Ao final de cada manutenção, deverá ser emitido o respectivo **Relatório da Auditoria de Manutenção**.
- 15.7.5. Havendo necessidade, poderão ser realizadas auditorias de **follow-up**, com emissão de relatório específico.
- 15.8. O cronograma mínimo a ser observado pela contratada será o seguinte:
- 15.8.1. Análise Documental: até 30 dias após o empenho;
- 15.8.2. Recertificação: até 90 dias antes do vencimento da certificação;
- 15.8.3. Manutenção 1: 12 meses após a recertificação;
- 15.8.4. Manutenção 2: 12 meses após a Manutenção 1.
- 15.9. A Contratada deverá encaminhar ao Contratante o Plano de Auditoria, contemplando objetivos, escopo, metodologia, recursos empregados e programação detalhada, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis em relação ao início das atividades. O envio tempestivo permitirá a análise técnica prévia, eventuais solicitações de ajustes e a consequente confirmação do planejamento e validação do cronograma das auditorias presenciais.
- 15.10. A Contratada deverá cumprir integralmente o cronograma diário das auditorias presenciais, previamente definido e consensuado durante a reunião inicial de alinhamento, realizada após a formalização do contrato. Quaisquer alterações ou reprogramações deverão ser formalmente justificadas e submetidas à aprovação prévia do Contratante, resguardando a continuidade dos serviços e o atendimento aos prazos contratuais.
- 15.11. O cronograma diário padrão para todas as auditorias presenciais (recertificação, manutenção e follow-up) observará a seguinte programação:
- 15.11.1. São requisitos mínimos obrigatórios:
- I - Jornada técnica diária mínima de **8 (oito) horas**;
  - II - Permanência física da equipe auditora das **08h às 18h**;
  - III - Realização obrigatória das reuniões de abertura e encerramento;
  - IV - Envio, pela contratada, do plano de auditoria com antecedência mínima de **10 (dez) dias**.
- 15.12. **DOS ENTREGÁVEIS OBRIGATÓRIOS**
- 15.12.1. Constituem entregáveis obrigatórios da contratada:
- I - Relatório de Análise Documental;
  - II - Relatório completo de Auditoria de Recertificação;
  - III - Certificado oficial (1 via impressa + arquivo digital);
  - IV - Normas de uso de marcas e fotolitos;
  - V - Relatórios das Auditorias de Manutenção;
  - VI - Relatórios de follow-up, se houver;
  - VII - Inclusão e atualização do HEMONORTE no cadastro de empresas certificadas do organismo acreditador.
- 15.13. **DO RECEBIMENTO DO OBJETO**
- 15.13.1. O recebimento provisório dos serviços será realizado pelo fiscal do contrato, logo após a execução de cada etapa.
- 15.13.2. O recebimento definitivo será efetuado por comissão designada, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, mediante verificação da conformidade e da qualidade dos serviços prestados.
- 15.13.3. Todas as ocorrências deverão ser registradas em livro próprio.
- 15.13.4. Poderão ser aplicadas glosas em caso de descumprimento das obrigações contratadas.
- 15.14. O contrato terá vigência de **36 (trinta e seis) meses**, abrangendo uma auditoria de recertificação e duas auditorias anuais de manutenção, assegurando a continuidade da certificação ISO 9001:2015.

## 16. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 16.2. Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 16.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 16.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 16.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções

aplicáveis, dentre outros.

### **Do gestor de contrato**

16.6. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art 47):

- 16.6.1. analisar a documentação que antecede o pagamento;
- 16.6.2. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;
- 16.6.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 16.6.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- 16.6.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- 16.6.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- 16.6.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 16.6.8. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;
- 16.6.9. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;
- 16.6.10. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;
- 16.6.11. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 16.6.12. desempenhar outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da Contratante.
- 16.6.13. Será designado gestor do contrato a servidora Ivana Patricia Leite Vilar - **Mat. 215.245-2**, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Hemoterapia.

### **Do fiscal de contrato**

16.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117)

16.8. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais (Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48):

- 16.8.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- 16.8.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 16.8.3. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- 16.8.4. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
- 16.8.5. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;
- 16.8.6. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 16.8.7. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 16.8.8. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- 16.8.9. notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- 16.8.10. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.
- 16.9. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis (Decreto Estadual nº 32.449 de 2023, art.49).
- 16.10. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
  - 16.10.1. os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;
  - 16.10.2. os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
  - 16.10.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

- 16.10.4. a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;
- 16.10.5. o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;
- 16.10.6. a satisfação do público usuário.
- 16.10.7. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.
- 16.10.8. Em havendo o subdimensionamento de que trata o 6.8.2, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 16.10.9. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:
- 16.10.9.1. marca;
- 16.10.9.2. qualidade;
- 16.10.9.3. forma de uso.
- 16.10.10. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50).
- 16.11. A servidora Danielle Pinheiro de Paula Guimarães - **Mat.: 218.286-6**, lotado nesta unidade, ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Termo de Referência.

## **17. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 17.0.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **18. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO CORRIGIDO CONFORME NOVO TR**

18.1. Considerando que o objeto refere-se à contratação de organismo credenciado para auditoria de recertificação da gestão da qualidade, conforme NBR ISO 9001:2015, trata-se de serviço de baixa complexidade operacional e risco reduzido de inadimplemento, cujos resultados são aferíveis por relatórios técnicos objetivos. Nessa perspectiva, a exigência de garantia, além de desnecessária, poderia encarecer as propostas ao repassar custos adicionais à Administração, o que afrontaria o princípio da economicidade. Assim, em observância ao art. 96 da Lei nº 14.133/2021, não se mostra conveniente nem oportuna a sua exigência para o presente certame.

## **19. DO REAJUSTE**

- 19.1. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado do início da vigência do contrato.
- 19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **20. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento do Objeto**

- 20.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 20.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 20.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

20.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

20.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

20.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

20.7. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

20.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

20.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

20.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

20.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

20.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

20.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.16. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

20.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

20.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

20.19. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante correção monetária aplicada conforme variação de IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

## **Forma de pagamento**

20.20. Os pagamentos serão efetuados pelo Fundo Estadual de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde Pública (FES/SESAP), através da conta corrente da empresa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado a prestação de serviços que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da

efetiva prestação de serviços.

20.21. O pagamento deverá ser realizado da seguinte forma: 60% após a auditoria de recertificação que deverá ser realizada de acordo com a cláusula 4.3.3.2. 20% após a 1ª auditoria de manutenção da recertificação; 20% após a 2ª auditoria de manutenção da recertificação, conforme o quadro abaixo.

ANO	TIPO DE AUDITORIA	DESEMBOLSO
2026	Auditoria de Recertificação	60%
2027	1ª Auditoria de Manutenção	20%
2028	2ª Auditoria de Manutenção	20%

20.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada

20.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

20.25. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20.26. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

#### Antecipação de pagamento

20.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, uma vez que se torna necessária a execução do serviço bens para a realização do pagamento.

#### Reajuste

20.28. Os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado do início da vigência do contrato.

20.29. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.31. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.32. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.33. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- Entregar os jalecos de forma incompleta, com falhas ou em desacordo com as especificações técnicas;
- Der causa à inexecução parcial do contrato que comprometa o funcionamento regular dos serviços de saúde ou cause prejuízo relevante ao interesse público;
- Der causa à inexecução total do contrato;
- Atrasar, sem justificativa aceita pela Administração, a execução da auditoria para recertificação ou a execução de obrigações contratuais;
- Apresentar documentação falsa ou prestar declaração inverídica durante a execução contratual;
- Praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- Adotar conduta inidônea ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Cometer ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

21.2. À CONTRATADA que incorrer em quaisquer das infrações acima descritas poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas:



- 21.2.1. Advertência, nos casos de inexecução parcial sem gravidade, desde que não se justifique penalidade mais severa.
- 21.2.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, quando praticadas as condutas das alíneas “b”, “c” e “d”, salvo se cabível penalidade mais grave.
- 21.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, quando verificadas as condutas das alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, bem como das alíneas “b”, “c” e “d” quando a gravidade o justificar.
- 21.2.4. Segue abaixo quadro das possíveis infrações, sanções, agravantes e atenuantes:

Infração	Sanções cabíveis	Percentual sugerido de multa	Agravantes	Atenuantes
Entregar relatório de auditoria incompleto, com falhas ou em desacordo com as normas ISO 9001/2015	Advertência; multa; obrigação de refazer o serviço	1% a 5% do valor do contrato por ocorrência	Reincidência; falhas que comprometam processos críticos do HEMONORTE	Correção imediata; comunicação prévia de impossibilidade
Der causa à inexecução parcial do contrato que comprometa o funcionamento do Sistema de Gestão da Qualidade ou da Hemorrede	Multa; suspensão temporária de participação em licitações; advertência	5% a 10% do valor do contrato	Prejuízo direto à operação do HEMONORTE; atraso superior a 10 dias	Boa-fé; providências imediatas para mitigar o impacto
Der causa à inexecução total do contrato	Multa; impedimento de licitar e contratar; rescisão contratual	10% a 20% do valor do contrato	Prejuízo grave ao SGQ; impacto direto nos serviços da Hemorrede	Ação corretiva rápida; negociação com a Administração
Atrasar, sem justificativa aceita pela Administração, a entrega de relatórios ou execução de auditorias	Multa; advertência	2% a 5% do valor do contrato por ocorrência	Reincidência; atraso superior a 15 dias	Justificativa aceita pela Administração; correção rápida
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração inverídica durante a execução do contrato	Multa; declaração de inidoneidade; rescisão contratual	15% a 30% do valor do contrato	Dolo comprovado; prejuízo à Administração	Confissão espontânea; colaboração na correção
Praticar atos fraudulentos na execução do contrato	Multa; declaração de inidoneidade; rescisão contratual	20% a 50% do valor do contrato	Dano grave ao Sistema de Gestão da Qualidade; envolvimento de terceiros	Cooperação efetiva para reparação do dano
Adotar conduta inidônea ou cometer fraude de qualquer natureza	Multa; declaração de inidoneidade; rescisão contratual	20% a 50% do valor do contrato	Reincidência; prejuízo relevante à Administração	Boa-fé; medidas corretivas imediatas
Cometer ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	Multa; declaração de inidoneidade; impedimento de licitar; responsabilização civil e administrativa	30% a 50% do valor do contrato	Dolo comprovado; prejuízo grave à Administração	Confissão espontânea; cooperação efetiva
Deixar a Contratada de cumprir as obrigações de planejamento e execução das auditorias presenciais, compreendidas no não envio, envio intempestivo, envio incompleto ou inadequado do Plano de Auditoria, bem como o descumprimento total ou parcial do cronograma previamente pactuado, inclusive por reprogramação unilateral não autorizada, caracterizando falha na	Advertência; Multa; Impedimento de licitar	3% do valor do contrato	reincidência na mesma infração no período de 12 meses; dolo, má-fé ou resistência injustificada ao cumprimento das obrigações; Ireprogramação unilateral que gere prejuízo operacional ao Contratante; descontinuidade ou interrupção injustificada da	comunicação prévia e tempestiva da ocorrência, acompanhada de justificativa idônea; Iocorrência de caso fortuito ou força maior, comprovada nos autos; imediata adoção de medidas corretivas para restabelecer a execução; histórico contratual

execução do objeto contratado e comprometendo a regularidade das atividades de auditoria		execução das auditorias; descumprimento reiterado das determinações ou recomendações da fiscalização.	favorável e ausência de outras infrações registradas; colaboração efetiva com a fiscalização para reorganização do cronograma.
--	--	---	--

- 21.3. A aplicação das sanções previstas não afasta a obrigação de indenizar integralmente os danos causados à Administração.
- 21.4. As sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível.
- 21.5. Antes da aplicação de multa, será assegurado à CONTRATADA o direito de defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de intimação.
- 21.6. Se o valor da multa ou da indenização exceder os pagamentos devidos pela Administração, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- 21.7. A multa aplicada poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, contados da conclusão do processo de apuração de descumprimento contratual.
- 21.8. A aplicação de sanções será precedida de processo administrativo com contraditório e ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- 21.8.1. As notificações serão encaminhadas por e-mail aos endereços informados na proposta e/ou cadastrados no SICAF.
- 21.8.2. Consideram-se válidos e de uso contínuo os e-mails mencionados, não cabendo alegação de desconhecimento.
- 21.8.3. Na aplicação das penalidades, serão considerados:
- a) A natureza e gravidade da infração;
  - b) As circunstâncias agravantes ou atenuantes do caso concreto;
  - c) Os danos causados à Administração;
  - d) A eventual existência de programa de integridade, nos termos da legislação;
  - e) A reincidência ou habitualidade das condutas infracionais.
- 21.9. Quando as infrações também configurarem atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013, a apuração e o julgamento ocorrerão conjuntamente, respeitando o rito próprio daquela norma.
- 21.10. Poderá haver desconsideração da personalidade jurídica da empresa contratada, com extensão das sanções aos sócios ou administradores, conforme o art. 160, §1º, da Lei nº 14.133/2021, quando houver abuso de direito ou confusão patrimonial, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 21.11. A CONTRATANTE deverá informar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a aplicação das sanções aos cadastros competentes:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
  - c) SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.
- 21.12. As sanções de impedimento e inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 21.13. Os débitos da CONTRATADA decorrentes de multas ou indenizações não inscritos em dívida ativa poderão ser compensados com créditos da empresa junto ao mesmo órgão contratante.

## 22. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.14. A SESAP, na defesa do interesse público e em conformidade com a legislação vigente, reserva-se o direito de prorrogar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a presente licitação, a qualquer tempo, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a indenização.
- 22.15. Os casos omissos neste edital, bem como eventuais dúvidas suscitadas durante o certame, serão resolvidos pela Comissão de Licitação, sempre com observância às normas jurídicas e administrativas aplicáveis e aos Princípios Gerais do Direito.
- 22.16. Para efeito de contagem dos prazos previstos neste edital, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento.
- 22.17. Em caso de divergência entre as disposições deste edital e seus anexos ou demais documentos que compõem o processo licitatório, prevalecerá o disposto neste edital.
- 22.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência - ID 37214229

Anexo II- Minuta do Contrato -



Documento assinado eletronicamente por **IRACI GURGEL ROCHA, Pregoeira**, em 12/03/2026, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39991971** e o código CRC **C793D99A**.

## ANEXOS AO EDITAL

### TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00610204.000371/2025-92

Modelo de Termo de Referência AGU- Serviços - Lei nº 14.133, de 2021  
Atualização: SET/2025

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Organismo de Certificação de Sistema de Gestão da Qualidade (OCS), devidamente acreditado pelo INMETRO/SBAC, para realizar auditoria de recertificação da NBR ISO 9001:2015 e duas auditorias anuais de manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade do Hemocentro Coordenador do Rio Grande do Norte - HEMONORTE, cobrindo o ciclo completo de 36 (trinta e seis) meses, conforme termos da tabela abaixo, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	CATSER	Unidade de medida	Quant.
1	Contratação de Organismo de Certificação de Sistema de Gestão da Qualidade (OCS), devidamente acreditado pelo INMETRO/SBAC, para realizar auditoria de recertificação da NBR ISO 9001:2015 e duas auditorias anuais de manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade do Hemocentro Coordenador do Rio Grande do Norte - HEMONORTE, cobrindo o ciclo completo de 36 (trinta e seis) meses.	4537	Unid	1

1.2. A contratação abrangerá

1.2.1. Análise documental (fase 1);

1.2.2. Auditoria de Recertificação (fase 2);

1.2.3. Auditorias de Manutenção nos anos 2 e 3 (fase 3);

1.2.4. Relatórios técnicos de todas as etapas;

1.2.5. Certificado oficial ISO 9001 impresso e digital;

1.2.6. Taxa de uso de marca e registro de empresas certificadas;

1.2.7. Follow-up (acompanhamento de um processo após a execução da etapa inicial), quando necessário.

1.3. O objeto caracteriza-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por utilizar padrões técnicos usualmente aceitos no mercado e requisitos objetivos definidos pela ISO 9001.

1.4. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo de bem de **luxo**, conforme [Decreto nº 32.449, de 07 de março de 2023](#).

1.5. O serviço é enquadrado como contrato por escopo.

1.6. O contrato terá vigência de **36 meses**, cobrindo integralmente o ciclo de certificação ISO 9001:2015.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação encontra fundamento no Estudo Técnico Preliminar - ETP (SEI nº 39714218), elaborado em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o qual analisou a necessidade administrativa, as

alternativas possíveis, os aspectos técnicos e econômicos da solução e sua viabilidade jurídica. O referido estudo demonstra que o HEMONORTE, unidade responsável pela coordenação da política estadual de sangue no Rio Grande do Norte, obteve certificação ISO 9001:2015 no ano de 2020, mantendo sua validade por meio de auditorias anuais de supervisão, com vigência atual até 26 de março de 2026. A proximidade do término do ciclo certificatório impõe a realização da auditoria de recertificação e das subsequentes auditorias de manutenção, sob pena de perda da certificação vigente, o que acarretaria impacto institucional relevante, comprometendo a governança, a credibilidade pública e a demonstração objetiva da conformidade do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ).

A certificação ISO 9001:2015 não constitui mero reconhecimento formal, mas instrumento estruturante de gestão, assegurando padronização de processos, rastreabilidade de procedimentos críticos, controle de riscos operacionais e melhoria contínua das atividades relacionadas à hemoterapia e à hematologia. No contexto do SUS, seus reflexos são diretos na segurança transfusional, na redução de não conformidades, na otimização do uso de recursos públicos e na transparência administrativa. Assim, a necessidade da contratação decorre de obrigação técnica vinculada ao ciclo trienal da certificação, cuja duração de 36 meses é determinada pelas diretrizes internacionais da ABNT NBR ISO/IEC 17021 e do International Accreditation Forum (IAF), não sendo possível a adoção de ciclo inferior ou execução fragmentada.

O ETP examinou as alternativas disponíveis, concluindo que a não realização da contratação implicaria perda da certificação e prejuízo institucional; que a contratação de empresa não acreditada é juridicamente inviável, por não atender às normas regulatórias aplicáveis; e que a contratação de organismo certificador acreditado pelo INMETRO/Cgcre configura a única solução técnica e juridicamente adequada.

Ademais, todos os organismos acreditados possuem equivalência normativa quanto à validade do certificado emitido, o que desloca o eixo decisório para a análise econômica, desde que preservados os requisitos técnicos mínimos.

No tocante à fundamentação econômica, o ETP não se limitou à mera atualização contratual por índice inflacionário, tendo incorporado pesquisa de preços com base em contratações públicas homologadas no exercício de 2025, totalizando sete referências válidas, cujos valores variaram entre R\$ 25.000,00 e R\$ 58.000,00, com média aritmética de R\$ 34.813,91.

A análise demonstrou concentração predominante de preços entre R\$ 25.000,00 e R\$ 38.300,00, evidenciando competitividade efetiva no setor e compatibilidade da estimativa adotada com o comportamento de mercado. Essa comparação econômica reforça a racionalidade da escolha, afastando riscos de sobrepreço ou subavaliação e fortalecendo a aderência aos princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

A solução adotada, consistente na realização de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, permite ampla competição entre organismos acreditados, assegurando isonomia, julgamento objetivo e transparência decisória. Considerando que o objeto apresenta indivisibilidade técnica e unidade funcional — por se tratar de ciclo certificatório integrado de 36 meses — **o julgamento por menor preço global** revela-se compatível com a natureza da contratação, preservando a continuidade metodológica e evitando fracionamentos indevidos.

Dessa forma, a contratação mostra-se tecnicamente necessária, juridicamente adequada e economicamente justificada, encontrando respaldo no planejamento prévio realizado no ETP e nos princípios estruturantes da Lei nº 14.133/2021. A fundamentação ora consolidada evidencia motivação administrativa suficiente, coerência entre diagnóstico, solução escolhida e modelagem da contratação, além de compatibilidade com o interesse público envolvido, assegurando robustez técnica e segurança jurídica ao certame.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A contratação do organismo credenciado responsável pela auditoria de recertificação da gestão da qualidade do Hemocentro Coordenador do Rio Grande do Norte - HEMONORTE, conforme a norma NBR ISO 9001:2015, tem como finalidade assegurar a continuidade da certificação já conquistada pela instituição, reforçando a credibilidade do serviço público prestado e garantindo que os processos relacionados à hemoterapia sigam padrões internacionais de qualidade, segurança e eficiência.

3.2. O processo de execução da solução inicia-se com a **análise documental do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)**, etapa fundamental para verificar a adequação dos procedimentos internos e antecipar eventuais ajustes antes da auditoria presencial. Essa fase deverá ocorrer em até 30 dias a partir do recebimento do empenho e culminará com a emissão de relatório técnico preliminar apontando conformidades, não conformidades e recomendações de melhoria.

3.3. Na sequência, será realizada a **auditoria de recertificação in loco**, abrangendo todos os processos integrantes do escopo certificado do HEMONORTE, incluindo: captação e recepção de doadores; pré-triagem e triagem clínica; coleta convencional e por aférese; atendimento ao doador inapto; processamento, armazenamento e distribuição de hemocomponentes; controle de qualidade; e os laboratórios de sorologia, imuno-hematologia e HLA. Serão também abrangidas as atividades administrativas e de apoio vinculadas ao escopo. Ao todo, **135 servidores** integram os processos certificados.

3.4. Nessa etapa, o organismo auditor emitirá relatório detalhado contendo os resultados da avaliação e as orientações necessárias, além do certificado original em português, com validade inicial de um ano, acompanhado das normas e autorizações de uso das marcas e selos de certificação e respectivos fotolitos das logomarcas.

3.5. A continuidade da certificação será garantida por meio de **auditorias de manutenção**, previstas para os anos 2 e 3 do ciclo, as quais têm como objetivo acompanhar a evolução do SGQ, verificar a implementação de ações corretivas e preventivas, avaliar a conformidade dos processos e consolidar a melhoria contínua. Cada auditoria resultará na emissão de relatório específico, com análise das evidências apresentadas. Caso necessário, poderão ser realizadas atividades complementares de **follow-up**, conforme requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17021.

3.6. Durante toda a vigência do contrato, fixada em 36 meses, todas as despesas referentes a transporte,

hospedagem, alimentação e traslado dos auditores serão de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, não gerando custos adicionais para a Administração. O acompanhamento da execução será realizado por servidor designado como fiscal do contrato, responsável pela verificação do cumprimento das obrigações assumidas, pelo recebimento provisório e definitivo dos serviços e pela anotação de ocorrências, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

3.7. Ao término da execução contratual, o HEMONORTE terá garantida a manutenção da certificação ISO 9001:2015, assegurando a padronização dos processos internos, a conformidade com requisitos normativos e regulatórios, a transparência administrativa e o fortalecimento da confiança da sociedade nos serviços de hemoterapia prestados pela rede estadual de saúde. A solução, portanto, não se limita a um procedimento formal de recertificação, mas representa um compromisso contínuo com a qualidade, a eficiência e a melhoria dos serviços públicos ofertados à população do Rio Grande do Norte.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, devem ser observados requisitos que promovam:

- 4.1.1. Uso eficiente de recursos naturais, com baixo impacto sobre flora, fauna, ar, solo e água;
- 4.1.2. Preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 4.1.3. Maior eficiência no consumo de água e energia;
- 4.1.4. Incentivo à geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- 4.1.5. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- 4.1.6. Origem sustentável dos recursos utilizados na prestação dos serviços.

#### 4.2. Requisitos Técnicos da Prestação do Serviço

4.2.1. A empresa contratada deverá:

4.2.1.1. Realizar análise documental do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) em até 30 dias após o empenho, emitindo relatório preliminar;

4.2.1.2. Executar a auditoria de recertificação e as auditorias de manutenção conforme as normas:

- ABNT NBR ISO 9001:2015;
- ABNT NBR ISO/IEC 17021;
- ISO 19011 (diretrizes de auditoria);

4.2.1.3. Fornecer todos os relatórios técnicos em formato **PDF/A**;

4.2.1.4. Emitir certificado oficial impresso e digital, com validade inicial de um ano;

4.2.1.5. Fornecer orientações e fotolitos com as logomarcas autorizadas para uso da certificação;

4.2.1.6. Incluir o HEMONORTE no registro oficial de empresas certificadas do organismo certificador.

#### 4.3. Escopo da Certificação - HEMONORTE

4.3.1. A auditoria abrangerá os processos principais:

- Captação e recepção do doador;
- Pré-triagem e triagem clínica;
- Coleta convencional e por aférese;
- Atendimento ao doador inapto;
- Processamento, armazenamento e distribuição de hemocomponentes;
- Controle de qualidade de hemocomponentes;
- Laboratórios de sorologia, imuno-hematologia e HLA;
- Atividades administrativas e de apoio vinculadas ao escopo certificado.

4.3.2. Total de servidores envolvidos no escopo: **135**.

4.3.3. Total de servidores do HEMONORTE: **344**.

#### 4.4. Serviços a serem prestados

4.4.1. A contratada deverá executar:

4.4.1.1. Análise documental prévia, com emissão de relatório;

4.4.1.2. Auditoria de recertificação presencial, incluindo relatório completo; certificado oficial; normas e fotolitos de uso das marcas; análise de planos de ação corretiva; e inclusão do HEMONORTE no registro de empresas certificadas;

4.4.1.3. Duas auditorias anuais de manutenção nos dois anos subsequentes, com emissão de relatórios e validação das evidências de ações corretivas;

4.4.1.4. Taxa de manutenção do registro pelo período de três anos.



4.4.1.5. Todas as despesas referentes a transporte, traslado, alimentação e hospedagem dos auditores, durante os 36 meses do contrato, serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

#### 4.5. **Prazos de Execução**

- 4.5.1. A análise documental deverá ocorrer em até 30 dias após o recebimento do empenho.
- 4.5.2. A auditoria de recertificação será realizada após o agendamento com o Núcleo da Qualidade.
- 4.5.3. As auditorias de manutenção ocorrerão anualmente, durante a vigência da recertificação.
- 4.5.4. O prazo total de execução é de **36 meses**, correspondente ao ciclo completo da ISO 9001.

#### 4.6. **Fiscalização e Recebimento do Objeto**

4.6.1. O serviço será recebido:

- I - **Provisoriamente**, pelo fiscal do contrato, com verificação sumária da conformidade;
- II - **Definitivamente**, em até 15 dias, após análise do desempenho e qualidade dos serviços entregues.

4.6.2. O fiscal registrará todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando ações corretivas sempre que necessário, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

#### 4.7. **Qualificação Técnica Exigida**

4.7.1. Comprovação de experiência na realização de auditorias de certificação e recertificação ISO 9001:2015 em instituições públicas ou privadas, preferencialmente na área da saúde em hemoterapia/Hemocentro.

4.7.1.1. Comprovar as seguintes qualificações para o Auditor Líder: Ter o curso de auditor líder segundo a norma NBR ISO 9001:2015; Ter experiência em certificação de organizações segundo a norma NBR ISO 9001:2015 de pelo menos 05 (cinco) organizações públicas e/ou privadas, dentre as quais 01 (uma) da área de hemoterapia/Hemocentro.

4.7.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidade do objeto da licitação, estabelecidas neste Termo de Referência, através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deverão conter: nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone); local e data de emissão. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações; Período de fornecimento/prestação de serviço.

#### 4.8. **Despesas, Encargos e Responsabilidades**

4.8.1. São de responsabilidade exclusiva da contratada:

- 4.8.1.1. Transporte, deslocamento, hospedagem e alimentação;
- 4.8.1.2. Tributos, taxas, seguros e encargos trabalhistas e previdenciários;
- 4.8.1.3. Despesas comerciais e demais custos relacionados à execução do contrato.

4.8.2. A contratada deverá manter todas as condições de habilitação durante a vigência contratual (art. 92, XVI, da Lei 14.133/2021), bem como responder integralmente por eventuais demandas trabalhistas, civis ou penais relacionadas à execução dos serviços.

#### 4.9. **Confidencialidade**

4.9.1. A empresa contratada deverá manter **sigilo absoluto** sobre todos os documentos, informações e registros acessados durante as auditorias, sendo vedada qualquer divulgação não autorizada.

4.10. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/01.

4.11. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.12. A Contratada deverá manter, durante a vigência da ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, conforme estabelece o inciso XVI do Artigo 92 da Lei 14.133/01.

4.13. A Contratada deverá responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratual.

4.14. A Contratada deve se submeter prontamente às exigências do CONTRATANTE, constantes no Edital, inerentes ao objeto da presente licitação.

4.15. A Contratada deve assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

4.16. Contratada assumirá a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.

4.17. A Contratada assumirá a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civicom base no seguinte objeto da contratação l ou penal, relacionada à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

- 4.18. São de responsabilidade da contratada os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- 4.19. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação.
- 4.20. Poderão participar da Licitação as empresas que atendam às condições previstas na contratação, conforme Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de Novembro de 2020, a qual regulamenta no âmbito do Rio Grande do Norte o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

4.21. **Subcontratação**

- 4.21.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.22. **Garantia da contratação**

- 4.22.1. Considerando que o objeto refere-se à contratação de organismo credenciado para auditoria de recertificação da gestão da qualidade, conforme NBR ISO 9001:2015, trata-se de serviço de baixa complexidade operacional e risco reduzido de inadimplemento, cujos resultados são aferíveis por relatórios técnicos objetivos. Nessa perspectiva, a exigência de garantia, além de desnecessária, poderia encarecer as propostas ao repassar custos adicionais à Administração, o que afrontaria o princípio da economicidade. Assim, em observância ao art. 96 da Lei nº 14.133/2021, não se mostra conveniente nem oportuna a sua exigência para o presente certame.

## 5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### 5.1. **DO INÍCIO DA EXECUÇÃO**

- 5.1.1. O início da prestação dos serviços deverá ocorrer em até **30 (trinta) dias corridos** após o recebimento da Nota de Empenho, ou conforme cronograma previamente acordado com o Núcleo da Qualidade.
- 5.1.2. A contratada deverá confirmar o recebimento da Nota de Empenho no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, responsabilizando-se pelo acompanhamento diário do e-mail informado na proposta de preços.
- 5.1.3. Caso não haja confirmação no prazo estabelecido, o setor competente realizará novo envio por mais **48 (quarenta e oito) horas**. Persistindo a ausência de resposta, a contratada será formalmente notificada e poderá ser sujeita às penalidades previstas no edital e no contrato.

### 5.2. **DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 5.2.1. Compete à contratada prover todos os equipamentos, materiais e recursos técnicos necessários à execução dos serviços, incluindo aqueles indispensáveis às auditorias presenciais e documentais.
- 5.2.2. Serão de inteira responsabilidade da contratada todas as despesas decorrentes de transporte, traslado, hospedagem e alimentação de sua equipe técnica.

### 5.3. **DO LOCAL E DO HORÁRIO DE EXECUÇÃO**

- 5.4. Os serviços serão executados nas dependências do **Hemocentro Coordenador Dalton Cunha - HEMONORTE**, situado na Av. Alexandrino de Alencar, nº 1800, Tirol, Natal/RN, CEP 59015-350.
- 5.5. O horário de realização das auditorias será das **08h às 12h** e das **14h às 17h**, podendo ser estendido conforme previsto no cronograma diário da auditoria.

- 5.6. Para contato institucional, disponibilizam-se os telefones (84) 3232-6700 / 3232-6701 (PABX).

### 5.7. **DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO**

- 5.7.1. A execução dos serviços seguirá as diretrizes das normas **NBR ISO 9001:2015** e **ISO 19011**, compreendendo as seguintes fases:

#### I - **Análise Documental**

- a) A etapa de Análise Documental deverá ocorrer em até **30 (trinta) dias** após o recebimento da Nota de Empenho.
- b) Consiste na avaliação da adequação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) aos requisitos da norma, incluindo análise de documentos, registros e procedimentos.
- c) Ao final, deverá ser emitido o **Relatório de Análise Documental**, contendo diagnóstico situacional, não conformidades e recomendações de melhoria.

#### II - **Auditoria de Recertificação**

- a) A Auditoria de Recertificação deverá ocorrer até **90 (noventa) dias** antes do vencimento da certificação vigente.
- b) Terá duração estimada de **5 (cinco) dias úteis**, abrangendo todos os processos críticos do HEMONORTE.
- c) A metodologia adotada deverá seguir a **ISO 19011**, contemplando:
1. Auditoria por amostragem;
  2. Entrevistas e trilhas de auditoria;
  3. Análise de registros e observação in loco;
  4. Reuniões obrigatórias de abertura, acompanhamento e encerramento.
- d) Ao término, deverão ser entregues:

1. **Relatório completo da auditoria de recertificação;**
2. **Certificado oficial** (1 via impressa + arquivo digital);
3. Normas de uso das marcas e fotolitos oficiais do organismo certificador.

### III - Auditorias de Manutenção

a) As auditorias de manutenção ocorrerão do seguinte modo:

1. **Manutenção 1:** 12 meses após a recertificação;
2. **Manutenção 2:** 12 meses após a primeira manutenção.

- 5.7.2. Cada auditoria terá duração mínima de **2,5 (dois dias e meio)**, totalizando **10 (dez) dias úteis** no ciclo.
- 5.7.3. Os objetivos incluem:
- 5.7.3.1. Avaliação da implementação das ações corretivas;
- 5.7.3.2. Verificação do desempenho contínuo do SGQ;
- 5.7.3.3. Manutenção da conformidade com a ISO 9001:2015.
- 5.7.4. Ao final de cada manutenção, deverá ser emitido o respectivo **Relatório da Auditoria de Manutenção**.
- 5.7.5. Havendo necessidade, poderão ser realizadas auditorias de **follow-up**, com emissão de relatório específico.
- 5.8. O cronograma mínimo a ser observado pela contratada será o seguinte:
- 5.8.1. Análise Documental: até 30 dias após o empenho;
- 5.8.2. Recertificação: até 90 dias antes do vencimento da certificação;
- 5.8.3. Manutenção 1: 12 meses após a recertificação;
- 5.8.4. Manutenção 2: 12 meses após a Manutenção 1.
- 5.9. A Contratada deverá encaminhar ao Contratante o Plano de Auditoria, contemplando objetivos, escopo, metodologia, recursos empregados e programação detalhada, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis em relação ao início das atividades. O envio tempestivo permitirá a análise técnica prévia, eventuais solicitações de ajustes e a consequente confirmação do planejamento e validação do cronograma das auditorias presenciais.
- 5.10. A Contratada deverá cumprir integralmente o cronograma diário das auditorias presenciais, previamente definido e consensuado durante a reunião inicial de alinhamento, realizada após a formalização do contrato. Quaisquer alterações ou reprogramações deverão ser formalmente justificadas e submetidas à aprovação prévia do Contratante, resguardando a continuidade dos serviços e o atendimento aos prazos contratuais.
- 5.11. O cronograma diário padrão para todas as auditorias presenciais (recertificação, manutenção e follow-up) observará a seguinte programação:
- 5.11.1. São requisitos mínimos obrigatórios:
- I - Jornada técnica diária mínima de **8 (oito) horas**;
- II - Permanência física da equipe auditora das **08h às 18h**;
- III - Realização obrigatória das reuniões de abertura e encerramento;
- IV - Envio, pela contratada, do plano de auditoria com antecedência mínima de **10 (dez) dias**.
- 5.12. **DOS ENTREGÁVEIS OBRIGATÓRIOS**
- 5.12.1. Constituem entregáveis obrigatórios da contratada:
- I - Relatório de Análise Documental;
- II - Relatório completo de Auditoria de Recertificação;
- III - Certificado oficial (1 via impressa + arquivo digital);
- IV - Normas de uso de marcas e fotolitos;
- V - Relatórios das Auditorias de Manutenção;
- VI - Relatórios de follow-up, se houver;
- VII - Inclusão e atualização do HEMONORTE no cadastro de empresas certificadas do organismo acreditador.
- 5.13. **DO RECEBIMENTO DO OBJETO**
- 5.13.1. O recebimento provisório dos serviços será realizado pelo fiscal do contrato, logo após a execução de cada etapa.
- 5.13.2. O recebimento definitivo será efetuado por comissão designada, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, mediante verificação da conformidade e da qualidade dos serviços prestados.
- 5.13.3. Todas as ocorrências deverão ser registradas em livro próprio.
- 5.13.4. Poderão ser aplicadas glosas em caso de descumprimento das obrigações contratadas.
- 5.14. O contrato terá vigência de **36 (trinta e seis) meses**, abrangendo uma auditoria de recertificação e duas auditorias anuais de manutenção, assegurando a continuidade da certificação ISO 9001:2015.
- 5.15. **DA MATRIZ DE RISCOS**

5.15.1. Nos termos do art. 92, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, a presente cláusula estabelece a Matriz de Riscos da contratação, com o objetivo de promover a alocação objetiva e prévia das responsabilidades contratuais, assegurando previsibilidade, equilíbrio e adequada governança da execução do objeto.

Parágrafo único. A presente Matriz de Riscos não institui penalidades autônomas nem cria regime sancionatório próprio, limitando-se a organizar a distribuição preventiva de responsabilidades, sendo as consequências sancionatórias regidas exclusivamente pelo Item 11 do Termo de Referência e pela Lei nº 14.133/2021.

#### 5.15.2. Riscos atribuídos à CONTRATADA

##### 5.15.2.1. Constituem riscos alocados à CONTRATADA:

- I - Entrega de relatório de auditoria incompleto ou em desacordo com as normas ISO 9001:2015, ISO 19011 e ABNT NBR ISO/IEC 17021;
- II - Atraso injustificado na realização das auditorias;
- III - Inexecução parcial do contrato;
- IV - Inexecução total do contrato;
- V - Descumprimento das obrigações relativas ao planejamento e envio do Plano de Auditoria;
- VI - Apresentação de documentação falsa, prática de fraude ou conduta inidônea.

§1º A ocorrência das hipóteses acima sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no Item 11 do Termo de Referência, observados os seguintes parâmetros já estabelecidos:

- a) Multa de 1% a 5% do valor do contrato por relatório incompleto ou falhas técnicas;
- b) Multa de 2% a 5% por atraso injustificado na execução;
- c) Multa de 5% a 10% por inexecução parcial;
- d) Multa de 10% a 20% por inexecução total;
- e) Multa de 3% pelo descumprimento das obrigações de planejamento e cronograma das auditorias;
- f) Multa de 15% a 50% nos casos de fraude, falsidade documental ou ato lesivo à Administração, sem prejuízo de declaração de inidoneidade, impedimento de licitar ou rescisão contratual.

§2º A aplicação das penalidades observará o devido processo administrativo, com garantia do contraditório e da ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

#### 5.15.3. Riscos atribuídos à CONTRATANTE

##### 5.15.3.1. Constituem riscos alocados à CONTRATANTE:

- I - Não disponibilização tempestiva de documentos e evidências necessárias à auditoria;
- II - Não implementação das ações corretivas exigidas pelo organismo certificador;
- III - Interferências administrativas que impeçam a execução regular das auditorias.

Parágrafo único. Na ocorrência de eventos atribuíveis exclusivamente à CONTRATANTE, haverá reprogramação formal do cronograma, sem aplicação de penalidades à CONTRATADA.

#### 5.15.4. Riscos Compartilhados

##### 5.15.4.1. Constituem riscos compartilhados:

- I - Caso fortuito ou força maior;
- II - Alterações normativas supervenientes das normas ISO ou do International Accreditation Forum (IAF);
- III - Determinações regulatórias posteriores à assinatura do contrato.

§1º Verificada a ocorrência de risco compartilhado, as partes poderão formalizar termo aditivo ou apostilamento para ajuste de prazo ou adequação técnica, preservado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

#### 5.15.5. Mitigação do Risco Financeiro

5.15.5.1. Considerando a dispensa de garantia contratual, o risco financeiro da Administração encontra-se mitigado pelo modelo de pagamento escalonado previsto no Termo de Referência, condicionado ao aceite técnico das etapas executadas, na proporção de:

- I - 60% após a Auditoria de Recertificação;
- II - 20% após a 1ª Auditoria de Manutenção;
- III - 20% após a 2ª Auditoria de Manutenção.

Parágrafo único. Não haverá antecipação de pagamento, sendo o desembolso condicionado à emissão de termo de recebimento definitivo.

5.15.6. A presente Matriz de Riscos integra o contrato para todos os fins legais, devendo sua interpretação ocorrer em consonância com o Item 11 do Termo de Referência, com as demais cláusulas contratuais e com a Lei nº 14.133/2021, não se configurando como instrumento de criação de novas sanções, mas como mecanismo de organização preventiva da alocação de responsabilidades.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Do gestor de contrato**

6.6. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art 47):

6.6.1. analisar a documentação que antecede o pagamento;

6.6.2. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;

6.6.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

6.6.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

6.6.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

6.6.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

6.6.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

6.6.8. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;

6.6.9. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;

6.6.10. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;

6.6.11. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

6.6.12. desempenhar outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da Contratante.

6.6.13. Será designado gestor do contrato a servidora Ivana Patricia Leite Vilar - **Mat. 215.245-2**, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Hemoterapia.

#### **Do fiscal de contrato**

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117)

6.8. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais (Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48):

6.8.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

6.8.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.8.3. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

6.8.4. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

6.8.5. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;

6.8.6. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

6.8.7. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

6.8.8. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

6.8.9. notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

6.8.10. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.

6.9. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à

autoridade competente para as providências cabíveis (Decreto Estadual nº 32.449 de 2023, art.49).

6.10. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

6.10.1. os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;

6.10.2. os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

6.10.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

6.10.4. a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;

6.10.5. o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;

6.10.6. a satisfação do público usuário.

6.10.7. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.

6.10.8. Em havendo o subdimensionamento de que trata o 6.8.2, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.10.9. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:

6.10.9.1. marca;

6.10.9.2. qualidade;

6.10.9.3. forma de uso.

6.10.10. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50).

6.11. A servidora Danielle Pinheiro de Paula Guimarães - **Mat.: 218.286-6**, lotado nesta unidade, ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Termo de Referência.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;



- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

### Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante correção monetária aplicada conforme variação de IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

### Forma de pagamento

7.20. Os pagamentos serão efetuados pelo Fundo Estadual de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde Pública (FES/SESAP), através da conta corrente da empresa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado a prestação de serviços que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da efetiva prestação de serviços.

7.21. O pagamento deverá ser realizado da seguinte forma: 60% após a auditoria de recertificação que deverá ser realizada de acordo com a cláusula 4.3.3.2. 20% após a 1ª auditoria de manutenção da recertificação; 20% após a 2ª auditoria de manutenção da recertificação, conforme o quadro abaixo.

ANO	TIPO DE AUDITORIA	DESEMBOLSO
2026	Auditoria de Recertificação	60%
2027	1ª Auditoria de Manutenção	20%
2028	2ª Auditoria de Manutenção	20%

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.26. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

## Antecipação de pagamento

7.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, uma vez que se torna necessária a execução do serviço bens para a realização do pagamento.

## Reajuste

7.28. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado do início da vigência do contrato.

7.29. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.31. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.32. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.33. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da **Contratante**:

8.1.1. Receber o serviço prestado no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos;

8.1.2. Verificar, no prazo fixado, a conformidade da execução do serviço com as especificações constantes do Edital, Termo de Referência e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. Atestar nas notas fiscais ou documentos equivalentes a efetiva prestação do serviço objeto deste Termo, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

8.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do serviço, para que sejam corrigidas ou regularizadas;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão ou servidor especialmente designado;

8.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada pelo serviço prestado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.1.7. Notificar à Contratada, por escrito, sobre a aplicação de sanções e penalidades, quando for o caso;

8.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de atos da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2. São obrigações da **Contratada**:

8.2.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado, sem prévia autorização escrita do HEMONORTE, permanecendo integralmente responsável pela execução dos serviços. A Fusão, cisão ou incorporação também dependem de consentimento prévio e por escrito, desde que não comprometam a boa execução do contrato.

8.2.2. Executar os serviços com observância das especificações técnicas, normas legais e regulamentares aplicáveis, garantindo esmero, correção e conformidade com o Termo de Referência, Edital, anexos e proposta. Refazer quaisquer serviços que apresentem falhas ou não conformidades detectadas pelo CONTRATANTE, às suas expensas.

8.2.3. Fornecer todas as informações solicitadas pelo CONTRATANTE ou seus prepostos sobre a execução do serviço.

8.2.4. Manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações ou documentos aos quais tenha acesso em razão da execução do contrato, não podendo divulgá-los ou utilizá-los sem autorização escrita do HEMONORTE, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

8.2.5. Garantir o repasse de conhecimento à equipe do HEMONORTE, de forma a assegurar a plena compreensão dos serviços executados e a transferência de todo conhecimento técnico adquirido ou produzido durante a execução do contrato.

8.2.6. Apresentar declaração assinada pelo representante legal, indicando os membros da equipe técnica responsáveis pela prestação dos serviços.

8.2.7. Comunicar, com antecedência mínima de 24 horas, quaisquer fatos que possam impedir o cumprimento do

prazo estipulado, apresentando justificativas e comprovações.

8.2.8. Atender prontamente às exigências do HEMONORTE e da SESAP relacionadas à execução do serviço, incluindo solicitações técnicas ou ajustes necessários.

8.2.9. Cumprir rigorosamente a legislação vigente, especialmente no que se refere à proibição do trabalho de menores em condições inadequadas e ao cumprimento de cotas de aprendizes e pessoas com deficiência, conforme a Lei Estadual nº 10.783/2020.

8.2.10. Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do serviço, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outros custos relacionados à boa execução do contrato.

8.2.11. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação ou qualificação na licitação, incluindo pessoal, infraestrutura e documentação.

8.2.12. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, facilitando a comunicação e fiscalização pelo CONTRATANTE.

8.2.13. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, sem excluir ou reduzir sua responsabilidade em função da fiscalização ou acompanhamento pela Contratante.

8.2.14. Fornecer suporte técnico contínuo durante a vigência do contrato, incluindo atendimento remoto (telefone, e-mail) e presencial quando necessário, assegurando a correta execução do serviço e a solução de problemas técnicos.

8.2.15. Observar normas ambientais, de segurança e saúde no trabalho, garantindo que a execução do serviço não cause impactos negativos e respeite a legislação vigente.

8.2.16. Garantir a qualidade, funcionalidade e conformidade técnica dos serviços prestados, assegurando que atendam às necessidades do serviço público e aos padrões de excelência exigidos pelo HEMONORTE.

## 9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) Entregar os jalecos de forma incompleta, com falhas ou em desacordo com as especificações técnicas;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que comprometa o funcionamento regular dos serviços de saúde ou cause prejuízo relevante ao interesse público;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Atrasar, sem justificativa aceita pela Administração, a execução da auditoria para recertificação ou a execução de obrigações contratuais;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração inverídica durante a execução contratual;
- f) Praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- g) Adotar conduta inidônea ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Cometer ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

9.2. À CONTRATADA que incorrer em quaisquer das infrações acima descritas poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas:

9.2.1. Advertência, nos casos de inexecução parcial sem gravidade, desde que não se justifique penalidade mais severa.

9.2.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, quando praticadas as condutas das alíneas “b”, “c” e “d”, salvo se cabível penalidade mais grave.

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, quando verificadas as condutas das alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, bem como das alíneas “b”, “c” e “d” quando a gravidade o justificar.

9.2.4. Segue abaixo quadro das possíveis infrações, sanções, agravantes e atenuantes:

Infração	Sanções cabíveis	Percentual sugerido de multa	Agravantes	Atenuantes
Entregar relatório de auditoria incompleto, com falhas ou em desacordo com as normas ISO 9001/2015	Advertência; multa; obrigação de refazer o serviço	1% a 5% do valor do contrato por ocorrência	Reincidência; falhas que comprometam processos críticos do HEMONORTE	Correção imediata; comunicação prévia de impossibilidade
Der causa à inexecução parcial do contrato que comprometa o funcionamento do Sistema de Gestão da Qualidade ou da Hemorrede	Multa; suspensão temporária de participação em licitações; advertência	5% a 10% do valor do contrato	Prejuízo direto à operação do HEMONORTE; atraso superior a 10 dias	Boa-fé; providências imediatas para mitigar o impacto
Der causa à inexecução total do contrato	Multa; impedimento de licitar e contratar; rescisão	10% a 20% do valor do contrato	Prejuízo grave ao SGQ; impacto direto nos serviços da Hemorrede	Ação corretiva rápida; negociação com a Administração

	contratual			
Atrasar, sem justificativa aceita pela Administração, a entrega de relatórios ou execução de auditorias	Multa; advertência	2% a 5% do valor do contrato por ocorrência	Reincidência; atraso superior a 15 dias	Justificativa aceita pela Administração; correção rápida
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração inverídica durante a execução do contrato	Multa; declaração de inidoneidade; rescisão contratual	15% a 30% do valor do contrato	Dolo comprovado; prejuízo à Administração	Confissão espontânea; colaboração na correção
Praticar atos fraudulentos na execução do contrato	Multa; declaração de inidoneidade; rescisão contratual	20% a 50% do valor do contrato	Dano grave ao Sistema de Gestão da Qualidade; envolvimento de terceiros	Cooperação efetiva para reparação do dano
Adotar conduta inidônea ou cometer fraude de qualquer natureza	Multa; declaração de inidoneidade; rescisão contratual	20% a 50% do valor do contrato	Reincidência; prejuízo relevante à Administração	Boa-fé; medidas corretivas imediatas
Cometer ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	Multa; declaração de inidoneidade; impedimento de licitar; responsabilização civil e administrativa	30% a 50% do valor do contrato	Dolo comprovado; prejuízo grave à Administração	Confissão espontânea; cooperação efetiva
Deixar a Contratada de cumprir as obrigações de planejamento e execução das auditorias presenciais, compreendidas no não envio, envio intempestivo, envio incompleto ou inadequado do Plano de Auditoria, bem como o descumprimento total ou parcial do cronograma previamente pactuado, inclusive por reprogramação unilateral não autorizada, caracterizando falha na execução do objeto contratado e comprometendo a regularidade das atividades de auditoria	Advertência; Multa; Impedimento de licitar	3% do valor do contrato	reincidência na mesma infração no período de 12 meses; dolo, má-fé ou resistência injustificada ao cumprimento das obrigações; Ireprogramação unilateral que gere prejuízo operacional ao Contratante; descontinuidade ou interrupção injustificada da execução das auditorias; descumprimento reiterado das determinações ou recomendações da fiscalização.	comunicação prévia e tempestiva da ocorrência, acompanhada de justificativa idônea; Iocorrência de caso fortuito ou força maior, comprovada nos autos; imediata adoção de medidas corretivas para restabelecer a execução; histórico contratual favorável e ausência de outras infrações registradas; colaboração efetiva com a fiscalização para reorganização do cronograma.

9.3.

9.4. A aplicação das sanções previstas não afasta a obrigação de indenizar integralmente os danos causados à Administração.

9.5. As sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível.

9.6. Antes da aplicação de multa, será assegurado à CONTRATADA o direito de defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de intimação.

9.7. Se o valor da multa ou da indenização exceder os pagamentos devidos pela Administração, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

9.8. A multa aplicada poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, contados da conclusão do processo de apuração de descumprimento contratual.

9.9. A aplicação de sanções será precedida de processo administrativo com contraditório e ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

9.9.1. As notificações serão encaminhadas por e-mail aos endereços informados na proposta e/ou cadastrados no SICAF.

9.9.2. Consideram-se válidos e de uso contínuo os e-mails mencionados, não cabendo alegação de desconhecimento.

9.9.3. Na aplicação das penalidades, serão considerados:

- a) A natureza e gravidade da infração;
- b) As circunstâncias agravantes ou atenuantes do caso concreto;
- c) Os danos causados à Administração;
- d) A eventual existência de programa de integridade, nos termos da legislação;
- e) A reincidência ou habitualidade das condutas infracionais.

9.10. Quando as infrações também configurarem atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013, a apuração e o julgamento ocorrerão conjuntamente, respeitando o rito próprio daquela norma.

9.11. Poderá haver desconsideração da personalidade jurídica da empresa contratada, com extensão das sanções aos sócios ou administradores, conforme o art. 160, §1º, da Lei nº 14.133/2021, quando houver abuso de direito ou confusão patrimonial, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.12. A CONTRATANTE deverá informar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a aplicação das sanções aos cadastros competentes:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

9.13. As sanções de impedimento e inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

9.14. Os débitos da CONTRATADA decorrentes de multas ou indenizações não inscritos em dívida ativa poderão ser compensados com créditos da empresa junto ao mesmo órgão contratante.

9.15.

## **10. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

10.1. Os contratos provenientes desta licitação regular-se-ão pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme estabelecido na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

10.2. A SESAP convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar o instrumento equivalente, que deverá assiná-lo dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis após convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela SESAP.

§ 2º Será facultado à SESAP, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

§ 3º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor da licitante.

10.3. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a SESAP deverá verificar a regularidade fiscal da Contratada, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

10.4. O contrato passará a produzir efeitos a partir da publicação do extrato do termo de contrato ou documento equivalente no Diário Oficial do Estado.

## **11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

11.1. As condições para extinção dos contratos são as mesmas previstas tanto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2023.

11.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - Iconsensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de

disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. (art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.5. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da SESAP, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.6. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas no termo de contrato.

11.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## 12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço global**.

12.2. Nas licitações promovidas pela SESAP, deverão constar das propostas de preços de mercadorias ou serviços sujeitos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), conforme disposição da Lei Estadual Vigente.

12.3. Vale salientar que as propostas devem atender ao item 4 Requisitos da Contratação, no Estudo Técnico Preliminar (ID nº 37214226)

12.4. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do participante, com o número do CNPJ, e com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

12.4.1. Se o participante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

12.4.2. Se o participante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o participante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou; se o participante for a matriz e a prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número do CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente

### Exigências de habilitação

12.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

12.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

12.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

12.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.14. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 3º, §2º do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023.

12.15. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

12.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.21. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

12.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

12.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

12.26. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

12.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

12.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

12.29. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

12.30. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

12.31. Comprovação de cotas de aprendizes e pessoas com deficiência: no ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento de leis e decretos federais relacionados na Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020, que determinam o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência.

### **Qualificação Técnica**

12.32. Exigência de qualificação técnica foi determinada com base nos princípios, dentre outros, da



razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado. Eis o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b) sobre a razoabilidade: "As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic)ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado" Esclarecemos também que os insumos que fazem parte do objeto desta licitação são bens públicos e que por isso, são de interesse de toda a sociedade, e em função da alta monta de valor cabe a Administração Pública exigir cuidados e fazer sua parte para garantir a capacidade técnica dos interessados em executar o contrato de forma eficiente evitando prejuízos ao erário.

12.33. Será exigido, para fins de comprovação de qualificação técnica:

12.33.1. Comprovação de experiência na realização de auditorias de certificação e recertificação ISO 9001:2015 em instituições públicas ou privadas, preferencialmente na área da saúde em hemoterapia/Hemocentro.

12.33.1.1. Comprovar as seguintes qualificações para o Auditor Líder: Ter o curso de auditor líder segundo a norma NBR ISO 9001:2015; Ter experiência em certificação de organizações segundo a norma NBR ISO 9001:2015 de pelo menos 05 (cinco) organizações públicas e/ou privadas, dentre as quais 01 (uma) da área de hemoterapia/Hemocentro.

12.33.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidade do objeto da licitação, estabelecidas neste Termo de Referência, através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deverão conter: nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone); local e data de emissão. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações; Período de fornecimento/prestação de serviço.

### 13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. O caráter sigiloso tem por objetivo favorecer a busca por melhores propostas, consequentemente contratação mais vantajosa para a Administração Pública, uma vez que contempla o princípio da economicidade e do interesse público.

13.2. A estimativa de preço foi definida conforme pesquisa mercadológica definida nos parâmetros da IN nº 65/2021.

### 14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Estado.

14.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Programa de trabalho: 10 302 2003 2384 238401;
- II - Subação: 238401 - Manutenção da Rede de Serviços de Hematologia e Hemoterapia
- III - Natureza de despesa: 33.90.39.05;

14.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 em sua atual redação, pelo Decreto Estadual nº 20.103, de 19 de outubro de 2007 e suas alterações e pelo Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023 e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

15.2. O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, que deverá ter aprovação da autoridade competente, pela conveniência e oportunidade, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 12, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 303/2005.

Natal/RN [data na assinatura eletrônica].

(assinado eletronicamente)

**Danielle Pinheiro de Paula Guimarães - Mat. 218.286-6**

Chefe do Núcleo da Qualidade  
Hemocentro Dalton Cunha - Hemonorte

(assinado eletronicamente)

**Ivana Patricia Leite Vilar - Mat. 215.245-2**

Chefe do Departamento de Hemoterapia  
Hemocentro Dalton Cunha - Hemonorte

(assinado eletronicamente)

**Allanne Maria Morais de Araújo Contreras - Mat. 198.262-1**

Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro  
Hemocentro Dalton Cunha - Hemonorte

(assinado eletronicamente)

**Mariuchi Gonzaga de Siqueira - Mat. 228.525-8**

Assistente Técnico em Saúde (Administrativo)  
Hemocentro Dalton Cunha - Hemonorte

#### Notas de rodapé

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do **caput** deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

## MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 00610204.000371/2025-92

### \* MINUTA DE DOCUMENTO

	CONTRATO DE QUE CELEBRA O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA E A EMPRESA _____.
--	---

O Estado do Rio Grande do Norte, através da **Secretaria de Estado da Saúde Pública** - Órgão da Administração Direta, com sede à Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Centro - Natal/RN, CEP: 59.025-600, inscrita no CNPJ sob nº 08.241.754/0001-45, neste ato, representada por sua titular, Alexandre Motta Câmara, CPF nº 538.596.694-00, de agora em diante denominada CONTRATANTE e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Estadual nº 675/2020, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e legislação correlata, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

### 16. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

16.1. Contratação de Organismo de Certificação de Sistema de Gestão da Qualidade (OCS), devidamente acreditado pelo INMETRO/SBAC, para realizar auditoria de recertificação da NBR ISO 9001:2015 e duas auditorias anuais de manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade do Hemocentro Coordenador do Rio Grande do Norte - HEMONORTE, cobrindo o ciclo completo de 36 (trinta e seis) meses, conforme termos da tabela abaixo, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

16.2. Especificação do Objeto:

Item	Descrição	CATSER	Unidade de medida	Quant.
	Contratação de Organismo de Certificação de Sistema de Gestão da Qualidade (OCS), Edital 90003 (39991971) SEI 00610204.000371/2025-92 / pg. 38			

1	devidamente acreditado pelo INMETRO/SBAC, para realizar auditoria de recertificação da NBR ISO 9001:2015 e duas auditorias anuais de manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade do Hemocentro Coordenador do Rio Grande do Norte - HEMONORTE, cobrindo o ciclo completo de 36 (trinta e seis) meses.	4537	Unid	1
---	--	------	------	---

- 16.3. A contratação abrangerá
- 16.3.1. Análise documental (fase 1);
- 16.3.2. Auditoria de Recertificação (fase 2);
- 16.3.3. Auditorias de Manutenção nos anos 2 e 3 (fase 3);
- 16.3.4. Relatórios técnicos de todas as etapas;
- 16.3.5. Certificado oficial ISO 9001 impresso e digital;
- 16.3.6. Taxa de uso de marca e registro de empresas certificadas;
- 16.3.7. Follow-up (acompanhamento de um processo após a execução da etapa inicial), quando necessário.
- 16.4. O objeto caracteriza-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2
- 16.5. Vinculam este Contrato, independente de sua transcrição, Termo de Referência, o Edital de Licitação, a Proposta da CONTRATADA e demais elementos constantes do referido processo.

#### 17. **CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO LEGAL**

- 17.1. A contratação objeto deste documento obrigacional é celebrada com base no resultado, homologação em \_\_/\_\_/\_\_ e adjudicação do Certame Licitatório - **Pregão Eletrônico nº \_\_/\_\_/\_\_** - Processo nº 00610204.000371/2025-92.

#### 18. **CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 18.1. O presente contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, cobrindo integralmente o ciclo de certificação ISO 9001:2015, contados a partir da data de sua assinatura, em conformidade com o disposto no art. 107, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021

#### 19. **CLÁUSULA QUARTA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 19.1. Além dos critérios de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, devem ser observados requisitos que promovam:
- 19.1.1. Uso eficiente de recursos naturais, com baixo impacto sobre flora, fauna, ar, solo e água;
- 19.1.2. Preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 19.1.3. Maior eficiência no consumo de água e energia;
- 19.1.4. Incentivo à geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- 19.1.5. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- 19.1.6. Origem sustentável dos recursos utilizados na prestação dos serviços.
- 19.2. **Requisitos Técnicos da Prestação do Serviço**
- 19.2.1. A empresa contratada deverá:
- 19.2.1.1. Realizar análise documental do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) em até 30 dias após o empenho, emitindo relatório preliminar;
- 19.2.1.2. Executar a auditoria de recertificação e as auditorias de manutenção conforme as normas:
- ABNT NBR ISO 9001:2015;
  - ABNT NBR ISO/IEC 17021;
  - ISO 19011 (diretrizes de auditoria);
- 19.2.1.3. Fornecer todos os relatórios técnicos em formato **PDF/A**;
- 19.2.1.4. Emitir certificado oficial impresso e digital, com validade inicial de um ano;
- 19.2.1.5. Fornecer orientações e fotolitos com as logomarcas autorizadas para uso da certificação;
- 19.2.1.6. Incluir o HEMONORTE no registro oficial de empresas certificadas do organismo certificador.
- 19.3. **Escopo da Certificação - HEMONORTE**
- 19.3.1. A auditoria abrangerá os processos principais:

- Captação e recepção do doador;
- Pré-triagem e triagem clínica;
- Coleta convencional e por aférese;
- Atendimento ao doador inapto;
- Processamento, armazenamento e distribuição de hemocomponentes;

- Controle de qualidade de hemocomponentes;
- Laboratórios de sorologia, imuno-hematologia e HLA;
- Atividades administrativas e de apoio vinculadas ao escopo certificado.

19.3.2. Total de servidores envolvidos no escopo: **135**.

19.3.3. Total de servidores do HEMONORTE: **344**.

#### 19.4. **Serviços a serem prestados**

19.4.1. A contratada deverá executar:

19.4.1.1. Análise documental prévia, com emissão de relatório;

19.4.1.2. Auditoria de recertificação presencial, incluindo relatório completo; certificado oficial; normas e fotolitos de uso das marcas; análise de planos de ação corretiva; e inclusão do HEMONORTE no registro de empresas certificadas;

19.4.1.3. Duas auditorias anuais de manutenção nos dois anos subsequentes, com emissão de relatórios e validação das evidências de ações corretivas;

19.4.1.4. Taxa de manutenção do registro pelo período de três anos.

19.4.1.5. Todas as despesas referentes a transporte, traslado, alimentação e hospedagem dos auditores, durante os 36 meses do contrato, serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

#### 19.5. **Prazos de Execução**

19.5.1. A análise documental deverá ocorrer em até 30 dias após o recebimento do empenho.

19.5.2. A auditoria de recertificação será realizada após o agendamento com o Núcleo da Qualidade.

19.5.3. As auditorias de manutenção ocorrerão anualmente, durante a vigência da recertificação.

19.5.4. O prazo total de execução é de **36 meses**, correspondente ao ciclo completo da ISO 9001.

#### 19.6. **Fiscalização e Recebimento do Objeto**

19.6.1. O serviço será recebido:

I - **Provisoriamente**, pelo fiscal do contrato, com verificação sumária da conformidade;

II - **Definitivamente**, em até 15 dias, após análise do desempenho e qualidade dos serviços entregues.

19.6.2. O fiscal registrará todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando ações corretivas sempre que necessário, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

#### 19.7. **Qualificação Técnica Exigida**

19.7.1. Comprovação de experiência na realização de auditorias de certificação e recertificação ISO 9001:2015 em instituições públicas ou privadas, preferencialmente na área da saúde em hemoterapia/Hemocentro.

19.7.1.1. Comprovar as seguintes qualificações para o Auditor Líder: Ter o curso de auditor líder segundo a norma NBR ISO 9001:2015; Ter experiência em certificação de organizações segundo a norma NBR ISO 9001:2015 de pelo menos 05 (cinco) organizações públicas e/ou privadas, dentre as quais 01 (uma) da área de hemoterapia/Hemocentro.

19.7.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidade do objeto da licitação, estabelecidas no Termo de Referência, através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deverão conter: nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone); local e data de emissão. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações; Período de fornecimento/prestação de serviço.

#### 19.8. **Despesas, Encargos e Responsabilidades**

19.8.1. São de responsabilidade exclusiva da contratada:

19.8.1.1. Transporte, deslocamento, hospedagem e alimentação;

19.8.1.2. Tributos, taxas, seguros e encargos trabalhistas e previdenciários;

19.8.1.3. Despesas comerciais e demais custos relacionados à execução do contrato.

19.8.2. A contratada deverá manter todas as condições de habilitação durante a vigência contratual (art. 92, XVI, da Lei 14.133/2021), bem como responder integralmente por eventuais demandas trabalhistas, civis ou penais relacionadas à execução dos serviços.

#### 19.9. **Confidencialidade**

19.9.1. A empresa contratada deverá manter **sigilo absoluto** sobre todos os documentos, informações e registros acessados durante as auditorias, sendo vedada qualquer divulgação não autorizada.

19.10. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/01.

19.11. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

- 19.12. A Contratada deverá manter, durante a vigência da ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, conforme estabelece o inciso XVI do Artigo 92 da Lei 14.133/01.
- 19.13. A Contratada deverá responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratual.
- 19.14. A Contratada deve se submeter prontamente às exigências do CONTRATANTE, constantes no Edital, inerentes ao objeto da presente licitação.
- 19.15. A Contratada deve assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.
- 19.16. Contratada assumirá a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.
- 19.17. A Contratada assumirá a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civicom base no seguinte objeto da contratação l ou penal, relacionada à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- 19.18. São de responsabilidade da contratada os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- 19.19. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação.
- 19.20. Poderão participar da Licitação as empresas que atendam às condições previstas na contratação, conforme Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de Novembro de 2020, a qual regulamenta no âmbito do Rio Grande do Norte o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

## 20. CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 20.1. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO

- 20.1.1. O início da prestação dos serviços deverá ocorrer em até **30 (trinta) dias corridos** após o recebimento da Nota de Empenho, ou conforme cronograma previamente acordado com o Núcleo da Qualidade.
- 20.1.2. A contratada deverá confirmar o recebimento da Nota de Empenho no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, responsabilizando-se pelo acompanhamento diário do e-mail informado na proposta de preços.
- 20.1.3. Caso não haja confirmação no prazo estabelecido, o setor competente realizará novo envio por mais **48 (quarenta e oito) horas**. Persistindo a ausência de resposta, a contratada será formalmente notificada e poderá ser sujeita às penalidades previstas no edital e no contrato.

### 20.2. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 20.2.1. Compete à contratada prover todos os equipamentos, materiais e recursos técnicos necessários à execução dos serviços, incluindo aqueles indispensáveis às auditorias presenciais e documentais.
- 20.2.2. Serão de inteira responsabilidade da contratada todas as despesas decorrentes de transporte, traslado, hospedagem e alimentação de sua equipe técnica.

### 20.3. DO LOCAL E DO HORÁRIO DE EXECUÇÃO

- 20.4. Os serviços serão executados nas dependências do **Hemocentro Coordenador Dalton Cunha - HEMONORTE**, situado na Av. Alexandrino de Alencar, nº 1800, Tirol, Natal/RN, CEP 59015-350.
- 20.5. O horário de realização das auditorias será das **08h às 12h** e das **14h às 17h**, podendo ser estendido conforme previsto no cronograma diário da auditoria.
- 20.6. Para contato institucional, disponibilizam-se os telefones (84) 3232-6700 / 3232-6701 (PABX).

### 20.7. DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO

- 20.7.1. A execução dos serviços seguirá as diretrizes das normas **NBR ISO 9001:2015** e **ISO 19011**, compreendendo as seguintes fases:

#### I - Análise Documental

- a) A etapa de Análise Documental deverá ocorrer em até **30 (trinta) dias** após o recebimento da Nota de Empenho.
- b) Consiste na avaliação da adequação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) aos requisitos da norma, incluindo análise de documentos, registros e procedimentos.
- c) Ao final, deverá ser emitido o **Relatório de Análise Documental**, contendo diagnóstico situacional, não conformidades e recomendações de melhoria.

#### II - Auditoria de Recertificação

- a) A Auditoria de Recertificação deverá ocorrer até **90 (noventa) dias** antes do vencimento da certificação vigente.
- b) Terá duração estimada de **5 (cinco) dias úteis**, abrangendo todos os processos críticos do HEMONORTE.
- c) A metodologia adotada deverá seguir a **ISO 19011**, contemplando:

2. Entrevistas e trilhas de auditoria;
3. Análise de registros e observação in loco;
4. Reuniões obrigatórias de abertura, acompanhamento e encerramento.

d) Ao término, deverão ser entregues:

1. **Relatório completo da auditoria de recertificação;**
2. **Certificado oficial** (1 via impressa + arquivo digital);
3. Normas de uso das marcas e fotolitos oficiais do organismo certificador.

### III - Auditorias de Manutenção

a) As auditorias de manutenção ocorrerão do seguinte modo:

1. **Manutenção 1:** 12 meses após a recertificação;
2. **Manutenção 2:** 12 meses após a primeira manutenção.

20.7.2. Cada auditoria terá duração mínima de **2,5 (dois dias e meio)**, totalizando **10 (dez) dias úteis** no ciclo.

20.7.3. Os objetivos incluem:

20.7.3.1. Avaliação da implementação das ações corretivas;

20.7.3.2. Verificação do desempenho contínuo do SGQ;

20.7.3.3. Manutenção da conformidade com a ISO 9001:2015.

20.7.4. Ao final de cada manutenção, deverá ser emitido o respectivo **Relatório da Auditoria de Manutenção**.

20.7.5. Havendo necessidade, poderão ser realizadas auditorias de **follow-up**, com emissão de relatório específico.

20.8. O cronograma mínimo a ser observado pela contratada será o seguinte:

20.8.1. Análise Documental: até 30 dias após o empenho;

20.8.2. Recertificação: até 90 dias antes do vencimento da certificação;

20.8.3. Manutenção 1: 12 meses após a recertificação;

20.8.4. Manutenção 2: 12 meses após a Manutenção 1.

20.9. A Contratada deverá encaminhar ao Contratante o Plano de Auditoria, contemplando objetivos, escopo, metodologia, recursos empregados e programação detalhada, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis em relação ao início das atividades. O envio tempestivo permitirá a análise técnica prévia, eventuais solicitações de ajustes e a consequente confirmação do planejamento e validação do cronograma das auditorias presenciais.

20.10. A Contratada deverá cumprir integralmente o cronograma diário das auditorias presenciais, previamente definido e consensuado durante a reunião inicial de alinhamento, realizada após a formalização do contrato. Quaisquer alterações ou reprogramações deverão ser formalmente justificadas e submetidas à aprovação prévia do Contratante, resguardando a continuidade dos serviços e o atendimento aos prazos contratuais.

20.11. O cronograma diário padrão para todas as auditorias presenciais (recertificação, manutenção e follow-up) observará a seguinte programação:

20.11.1. São requisitos mínimos obrigatórios:

I - Jornada técnica diária mínima de **8 (oito) horas**;

II - Permanência física da equipe auditora das **08h às 18h**;

III - Realização obrigatória das reuniões de abertura e encerramento;

IV - Envio, pela contratada, do plano de auditoria com antecedência mínima de **10 (dez) dias**.

### 20.12. DOS ENTREGÁVEIS OBRIGATÓRIOS

20.12.1. Constituem entregáveis obrigatórios da contratada:

I - Relatório de Análise Documental;

II - Relatório completo de Auditoria de Recertificação;

III - Certificado oficial (1 via impressa + arquivo digital);

IV - Normas de uso de marcas e fotolitos;

V - Relatórios das Auditorias de Manutenção;

VI - Relatórios de follow-up, se houver;

VII - Inclusão e atualização do HEMONORTE no cadastro de empresas certificadas do organismo acreditador.

### 20.13. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

20.13.1. O recebimento provisório dos serviços será realizado pelo fiscal do contrato, logo após a execução de cada etapa.

20.13.2. O recebimento definitivo será efetuado por comissão designada, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, mediante verificação da conformidade e da qualidade dos serviços prestados.

- 20.13.3. Todas as ocorrências deverão ser registradas em livro próprio.
- 20.13.4. Poderão ser aplicadas glosas em caso de descumprimento das obrigações contratadas.
- 20.14. O contrato terá vigência de **36 (trinta e seis) meses**, abrangendo uma auditoria de recertificação e duas auditorias anuais de manutenção, assegurando a continuidade da certificação ISO 9001:2015.

## **21. CLÁUSULA SEXTA - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

- 21.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 21.2. Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 21.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 21.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 21.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Do gestor de contrato**

- 21.6. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art 47):
- 21.6.1. analisar a documentação que antecede o pagamento;
- 21.6.2. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;
- 21.6.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 21.6.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- 21.6.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- 21.6.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- 21.6.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 21.6.8. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;
- 21.6.9. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;
- 21.6.10. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;
- 21.6.11. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 21.6.12. desempenhar outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da Contratante.
- 21.6.13. Será designado gestor do contrato a servidora Ivana Patricia Leite Vilar - **Mat. 215.245-2**, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Hemoterapia.

### **Do fiscal de contrato**

- 21.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117)
- 21.8. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais (Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48):
- 21.8.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- 21.8.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 21.8.3. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- 21.8.4. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
- 21.8.5. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;



- 21.8.6. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 21.8.7. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 21.8.8. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- 21.8.9. notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- 21.8.10. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.
- 21.9. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis (Decreto Estadual nº 32.449 de 2023, art.49).
- 21.10. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
- 21.10.1. os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- 21.10.2. os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- 21.10.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- 21.10.4. a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;
- 21.10.5. o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;
- 21.10.6. a satisfação do público usuário.
- 21.10.7. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.
- 21.10.8. Em havendo o subdimensionamento de que trata o 6.8.2, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 21.10.9. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:
- 21.10.9.1. marca;
- 21.10.9.2. qualidade;
- 21.10.9.3. forma de uso.
- 21.10.10. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50).
- 21.11. A servidora Danielle Pinheiro de Paula Guimarães - **Mat.: 218.286-6**, lotado nesta unidade, ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Termo de Referência.

## **22. CLÁUSULA SÉTIMA - SUBCONTRATAÇÃO**

- 22.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **23. CLÁUSULA OITAVA - VALOR**

- 23.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).
- 23.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **24. CLÁUSULA NONA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **24.1. Recebimento do Objeto**

- 24.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 24.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 24.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material

e consequente aceitação mediante termo detalhado.

24.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

24.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

24.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

24.1.7. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

24.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 24.2. **Liquidação**

24.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

24.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

24.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

24.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

24.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

24.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

24.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

24.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

24.2.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

24.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

## 24.3. **Prazo de pagamento**

24.4. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

24.5. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante correção monetária aplicada conforme variação de IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

## 24.6. **Forma de pagamento**

24.7. Os pagamentos serão efetuados pelo Fundo Estadual de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde Pública (FES/SESAP), através da conta corrente da empresa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado a prestação de serviços que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da efetiva prestação de serviços.

24.8. O pagamento deverá ser realizado da seguinte forma: 60% após a auditoria de recertificação que deverá ser realizada de acordo com a cláusula 4.3.3.2, 20% após a 1ª auditoria de manutenção da recertificação; 20% após a

2ª auditoria de manutenção da recertificação, conforme o quadro abaixo.

ANO	TIPO DE AUDITORIA	DESEMBOLSO
2026	Auditoria de Recertificação	60%
2027	1ª Auditoria de Manutenção	20%
2028	2ª Auditoria de Manutenção	20%

24.9. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada

24.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

24.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

24.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

24.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

24.13. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

24.14. **Antecipação de pagamento**

24.15. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, uma vez que se torna necessária a execução do serviço bens para a realização do pagamento.

## 25. CLÁUSULA DÉCIMA - REAJUSTE

25.1. Os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado do início da vigência do contrato.

25.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

25.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

25.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

25.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

25.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

25.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

25.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 26. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

26.1. Receber o serviço prestado no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos;

26.2. Verificar, no prazo fixado, a conformidade da execução do serviço com as especificações constantes do Edital, Termo de Referência e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

26.3. Atestar nas notas fiscais ou documentos equivalentes a efetiva prestação do serviço objeto deste Termo, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

26.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do serviço, para que sejam corrigidas ou regularizadas;

26.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão ou servidor especialmente designado;

26.6. Efetuar o pagamento à Contratada pelo serviço prestado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

26.7. Notificar à Contratada, por escrito, sobre a aplicação de sanções e penalidades, quando for o caso;

26.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de atos da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 27. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

27.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado, sem prévia autorização escrita do HEMONORTE, permanecendo integralmente responsável pela execução dos

serviços. A Fusão, cisão ou incorporação também dependem de consentimento prévio e por escrito, desde que não comprometam a boa execução do contrato.

27.2. Executar os serviços com observância das especificações técnicas, normas legais e regulamentares aplicáveis, garantindo esmero, correção e conformidade com o Termo de Referência, Edital, anexos e proposta. Refazer quaisquer serviços que apresentem falhas ou não conformidades detectadas pelo CONTRATANTE, às suas expensas.

27.3. Fornecer todas as informações solicitadas pelo CONTRATANTE ou seus prepostos sobre a execução do serviço.

27.4. Manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações ou documentos aos quais tenha acesso em razão da execução do contrato, não podendo divulgá-los ou utilizá-los sem autorização escrita do HEMONORTE, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

27.5. Garantir o repasse de conhecimento à equipe do HEMONORTE, de forma a assegurar a plena compreensão dos serviços executados e a transferência de todo conhecimento técnico adquirido ou produzido durante a execução do contrato.

27.6. Apresentar declaração assinada pelo representante legal, indicando os membros da equipe técnica responsáveis pela prestação dos serviços.

27.7. Comunicar, com antecedência mínima de 24 horas, quaisquer fatos que possam impedir o cumprimento do prazo estipulado, apresentando justificativas e comprovações.

27.8. Atender prontamente às exigências do HEMONORTE e da SESAP relacionadas à execução do serviço, incluindo solicitações técnicas ou ajustes necessários.

27.9. Cumprir rigorosamente a legislação vigente, especialmente no que se refere à proibição do trabalho de menores em condições inadequadas e ao cumprimento de cotas de aprendizes e pessoas com deficiência, conforme a Lei Estadual nº 10.783/2020.

27.10. Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do serviço, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outros custos relacionados à boa execução do contrato.

27.11. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação ou qualificação na licitação, incluindo pessoal, infraestrutura e documentação.

27.12. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, facilitando a comunicação e fiscalização pelo CONTRATANTE.

27.13. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, sem excluir ou reduzir sua responsabilidade em função da fiscalização ou acompanhamento pela Contratante.

27.14. Fornecer suporte técnico contínuo durante a vigência do contrato, incluindo atendimento remoto (telefone, e-mail) e presencial quando necessário, assegurando a correta execução do serviço e a solução de problemas técnicos.

27.15. Observar normas ambientais, de segurança e saúde no trabalho, garantindo que a execução do serviço não cause impactos negativos e respeite a legislação vigente.

27.16. Garantir a qualidade, funcionalidade e conformidade técnica dos serviços prestados, assegurando que atendam às necessidades do serviço público e aos padrões de excelência exigidos pelo HEMONORTE.

## **28. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

28.1. Considerando que o objeto refere-se à contratação de organismo credenciado para auditoria de recertificação da gestão da qualidade, conforme NBR ISO 9001:2015, trata-se de serviço de baixa complexidade operacional e risco reduzido de inadimplemento, cujos resultados são aferíveis por relatórios técnicos objetivos. Nessa perspectiva, a exigência de garantia, além de desnecessária, poderia encarecer as propostas ao repassar custos adicionais à Administração, o que afrontaria o princípio da economicidade. Assim, em observância ao art. 96 da Lei nº 14.133/2021, não se mostra conveniente nem oportuna a sua exigência para o presente certame.

## **29. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

29.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) Entregar os jalecos de forma incompleta, com falhas ou em desacordo com as especificações técnicas;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que comprometa o funcionamento regular dos serviços de saúde ou cause prejuízo relevante ao interesse público;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Atrasar, sem justificativa aceita pela Administração, a execução da auditoria para recertificação ou a execução de obrigações contratuais;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração inverídica durante a execução contratual;
- f) Praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- g) Adotar conduta inidônea ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Cometer ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

29.2. À CONTRATADA que incorrer em quaisquer das infrações acima descritas poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas:

29.2.1. Advertência, nos casos de inexecução parcial sem gravidade, desde que não se justifique penalidade mais severa.

29.2.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, quando praticadas as condutas das alíneas “b”, “c” e “d”, salvo se cabível penalidade mais grave.

29.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, quando verificadas as condutas das alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, bem como das alíneas “b”, “c” e “d” quando a gravidade o justificar.

29.2.4. Segue abaixo quadro das possíveis infrações, sanções, agravantes e atenuantes:

Infração	Sanções cabíveis	Percentual sugerido de multa	Agravantes	Atenuantes
Entregar relatório de auditoria incompleto, com falhas ou em desacordo com as normas ISO 9001/2015	Advertência; multa; obrigação de refazer o serviço	1% a 5% do valor do contrato por ocorrência	Reincidência; falhas que comprometam processos críticos do HEMONORTE	Correção imediata; comunicação prévia de impossibilidade
Der causa à inexecução parcial do contrato que comprometa o funcionamento do Sistema de Gestão da Qualidade ou da Hemorrede	Multa; suspensão temporária de participação em licitações; advertência	5% a 10% do valor do contrato	Prejuízo direto à operação do HEMONORTE; atraso superior a 10 dias	Boa-fé; providências imediatas para mitigar o impacto
Der causa à inexecução total do contrato	Multa; impedimento de licitar e contratar; rescisão contratual	10% a 20% do valor do contrato	Prejuízo grave ao SGQ; impacto direto nos serviços da Hemorrede	Ação corretiva rápida; negociação com a Administração
Atrasar, sem justificativa aceita pela Administração, a entrega de relatórios ou execução de auditorias	Multa; advertência	2% a 5% do valor do contrato por ocorrência	Reincidência; atraso superior a 15 dias	Justificativa aceita pela Administração; correção rápida
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração inverídica durante a execução do contrato	Multa; declaração de inidoneidade; rescisão contratual	15% a 30% do valor do contrato	Dolo comprovado; prejuízo à Administração	Confissão espontânea; colaboração na correção
Praticar atos fraudulentos na execução do contrato	Multa; declaração de inidoneidade; rescisão contratual	20% a 50% do valor do contrato	Dano grave ao Sistema de Gestão da Qualidade; envolvimento de terceiros	Cooperação efetiva para reparação do dano
Adotar conduta inidônea ou cometer fraude de qualquer natureza	Multa; declaração de inidoneidade; rescisão contratual	20% a 50% do valor do contrato	Reincidência; prejuízo relevante à Administração	Boa-fé; medidas corretivas imediatas
Cometer ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	Multa; declaração de inidoneidade; impedimento de licitar; responsabilização civil e administrativa	30% a 50% do valor do contrato	Dolo comprovado; prejuízo grave à Administração	Confissão espontânea; cooperação efetiva
			reincidência na mesma infração no período de 12 meses; dolo, má-fé ou resistência injustificada ao cumprimento	comunicação prévia e tempestiva da ocorrência, acompanhada de justificativa idônea; Iocorrência de caso fortuito ou força maior, comprovada

Deixar a Contratada de cumprir as obrigações de planejamento e execução das auditorias presenciais, compreendidas no não envio, envio intempestivo, envio incompleto ou inadequado do Plano de Auditoria, bem como o descumprimento total ou parcial do cronograma previamente pactuado, inclusive por reprogramação unilateral não autorizada, caracterizando falha na execução do objeto contratado e comprometendo a regularidade das atividades de auditoria

Advertência;  
Multa;  
Impedimento de licitar

3% do valor do contrato

das obrigações; Ireprogramação unilateral que gere prejuízo operacional ao Contratante; descontinuidade ou interrupção injustificada da execução das auditorias; descumprimento reiterado das determinações ou recomendações da fiscalização.

nos autos; imediata adoção de medidas corretivas para restabelecer a execução; histórico contratual favorável e ausência de outras infrações registradas; colaboração efetiva com a fiscalização para reorganização do cronograma.

29.3. A aplicação das sanções previstas não afasta a obrigação de indenizar integralmente os danos causados à Administração.

29.4. As sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível.

29.5. Antes da aplicação de multa, será assegurado à CONTRATADA o direito de defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de intimação.

29.6. Se o valor da multa ou da indenização exceder os pagamentos devidos pela Administração, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

29.7. A multa aplicada poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, contados da conclusão do processo de apuração de descumprimento contratual.

29.8. A aplicação de sanções será precedida de processo administrativo com contraditório e ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

29.8.1. As notificações serão encaminhadas por e-mail aos endereços informados na proposta e/ou cadastrados no SICAF.

29.8.2. Consideram-se válidos e de uso contínuo os e-mails mencionados, não cabendo alegação de desconhecimento.

29.8.3. Na aplicação das penalidades, serão considerados:

- a) A natureza e gravidade da infração;
- b) As circunstâncias agravantes ou atenuantes do caso concreto;
- c) Os danos causados à Administração;
- d) A eventual existência de programa de integridade, nos termos da legislação;
- e) A reincidência ou habitualidade das condutas infracionais.

29.9. Quando as infrações também configurarem atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013, a apuração e o julgamento ocorrerão conjuntamente, respeitando o rito próprio daquela norma.

29.10. Poderá haver desconsideração da personalidade jurídica da empresa contratada, com extensão das sanções aos sócios ou administradores, conforme o art. 160, §1º, da Lei nº 14.133/2021, quando houver abuso de direito ou confusão patrimonial, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

29.11. A CONTRATANTE deverá informar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a aplicação das sanções aos cadastros competentes:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

29.12. As sanções de impedimento e inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

29.13. Os débitos da CONTRATADA decorrentes de multas ou indenizações não inscritos em dívida ativa poderão ser compensados com créditos da empresa junto ao mesmo órgão contratante.

### 30. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

30.1. As condições para extinção dos contratos são as mesmas previstas tanto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133.21.

30.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no art. 137 da [Lei nº 14.133, de 01 de abril 2021](#).

- 30.3. A extinção do contrato poderá ser:
- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
  - II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
  - III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. (art. 138 da [Lei nº 14.133, de 01 de abril 2021](#)).
- 30.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 30.5. Quando a rescisão ocorrer por culpa da SESAP, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- 30.6. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas no termo de contrato.
- 30.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### **31. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 31.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- I - Programa de trabalho: 10 302 2003 2384 238401;
  - II - Subação: 238401 - Manutenção da Rede de Serviços de Hematologia e Hemoterapia
  - III - Natureza de despesa: 33.90.39.05;
- 31.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **32. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CASOS OMISSOS**

- 32.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 em sua atual redação, pelo Decreto Estadual nº 20.103, de 19 de outubro de 2007 e suas alterações e pelo [Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023](#) e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

### **33. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÕES**

- 33.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 33.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 33.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 33.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **34. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO**

- 34.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

### **35. CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO**

- 35.1. Fica eleito o foro da Comarca de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer dúvidas deste Contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 35.2. E para firmeza e validade, e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente contrato em 02 (duas) vias, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua aprovação e execução.

Natal/RN, [data no rodapé com assinatura eletrônica].



(assinado eletronicamente)

---

**Pela Contratada**

---

**Referência:** Processo nº 00610204.000371/2025-92

SEI nº 39991971